



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**MARIA DAS GRAÇAS ALVES SIQUEIRA**

**A MOBILIZAÇÃO SOCIAL DE LUTA E CONQUISTA DE TERRAS NO  
CARIRI PARAIBANO: EXPERIÊNCIAS DE POSSEIROS E  
ASSENTADOS DO ASSENTAMENTO “ZÉ MARCOLINO” (2001-2016)**

**SUMÉ - PB  
2016**

**MARIA DAS GRAÇAS ALVES SIQUEIRA**

**A MOBILIZAÇÃO SOCIAL DE LUTA E CONQUISTA DE TERRAS NO  
CARIRI PARAIBANO: EXPERIÊNCIAS DE POSSEIROS E  
ASSENTADOS DO ASSENTAMENTO “ZÉ MARCOLINO” (2001-2016)**

**Monografia apresentada ao Curso Superior de Licenciatura em Educação Campo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo.**

**Orientadora: Professora Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto**

**SUMÉ - PB  
2016**

S618m Siqueira, Maria das Graças Alves.

A mobilização social e conquista de terras no Cariri Paraibano: experiências de posseiros e assentados do assentamento “Zé Marcolino” (2001-2016). Sumé - PB: [s.n], 2016.

66 f.

Orientadora: Professor Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

1. Reforma agrária – Cariri Paraibano. 2. Assentamento Rural Zé Marcolino . 3. Lutas por terras – Amparo - PB. I. Título.

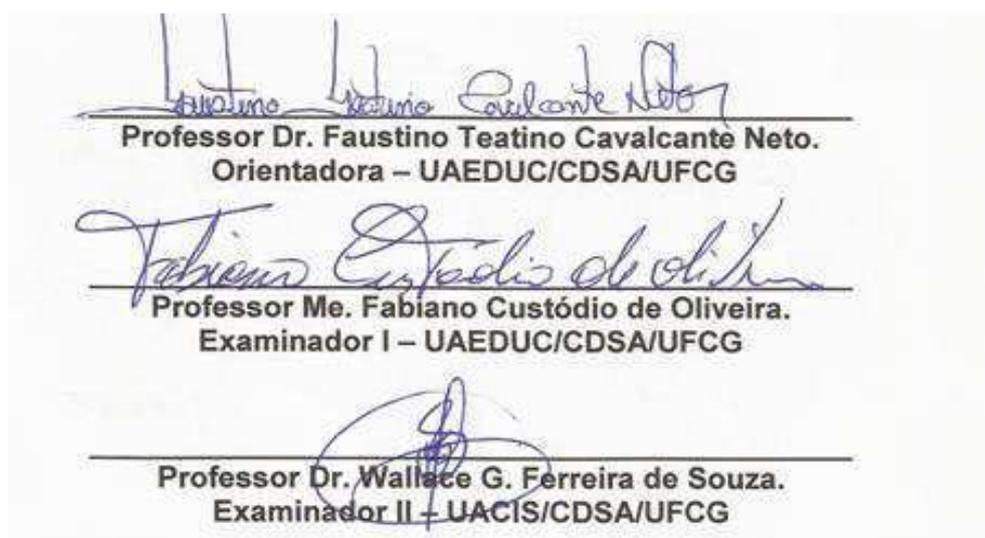
CDU: 332.021.8(043.1)

# MARIA DAS GRAÇAS ALVES SIQUEIRA

## A MOBILIZAÇÃO SOCIAL DE LUTA E CONQUISTA DE TERRAS NO CARIRI PARAIBANO: EXPERIÊNCIAS DE POSSEIROS E ASSENTADOS DO ASSENTAMENTO “ZÉ MARCOLINO” (2001-2016)

Monografia apresentada ao Curso Superior de Licenciatura em Educação Campo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo.

### BANCA EXAMINADORA:



Trabalho aprovado em: 18 de outubro de 2016.

SUMÉ - PB

Ao meu magnífico Deus, a minha amada família e a todos meus amigos e amigas pelo incentivo e carinho.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ter estado a meu lado e permitido a minha chegada até aqui, sendo a lâmpada para meus pés e a luz para meu caminho.

A minha família que acreditou em mim me dando forças para esta caminhada. A minha querida mãe Lourdes que me incentivou, estando sempre ao meu lado, mesmo distante amparando-me com muito carinho e amor.

Aos meus amigos pelas palavras de força para poder continuar no curso. Em especial a minha amiga Cláudia Lima que tanto me ensinou transformar dificuldades em batalhas a serem vencidas. Pude contar efetivamente com toda a bondade dessa amiga. Seus ensinamentos, sua inteligência é algo diferencial. Assim, ela, apesar do pouco tempo de que dispunha, fez muito por mim. Valeu Claudinha! Muito sucesso na sua vida.

A minha amiga Aparecida Macedo que me fez companhia dividindo o mesmo teto e as mesmas estradas trilhadas até quase o final do curso, deixando-me entristecida na reta final, quando permitiu que o desânimo a levasse a desistir do curso.

A meu orientador Faustino Teatino pelas orientações compartilhamentos de experiências e exemplo de postura e profissionalismo.

Não poderia me esquecer de agradecer, de coração, a todos entrevistados do assentamento “Zé Marcolino”, em especial ao amigo e guerreiro, Seu Anselmo, que desde o primeiro contato demonstrou-se um sujeito atencioso comigo. Agradeço a todos do assentamento pelos ensinamentos, trocas de saberes e experiências de vida. Fica aqui o meu abraço.

Por fim, agradeço a todos que de certa maneira colaboraram com a conquista desse sonho. E mais uma vez ao ser mais maravilhoso que existe, Deus na sua extrema bondade comigo. Confesso que muitas vezes pensei em desistir do curso, mas, o Senhor foi aquele que me passou a confiança, a vontade de seguir em frente e vencer na vida. Desta maneira, somente Ele, com a sua paciência, fez-me ver que as coisas não acontecem de uma hora para outra e que é somente com a luta que conquistamos nossos objetivos. Em seu livro, Deus nos ensina que a fé e o amor são os objetos de maior poder no mundo. É nessa fé e amor para com Ele que conseguiremos superar todas as dificuldades. Sei que posso contar contigo sempre.

## RESUMO

Este trabalho problematiza o processo de mobilização social a partir dos contextos dos assentados e posseiros do Assentamento Zé Marcolino, situado nos municípios de Amparo, Sumé e Prata – PB. Foram nossos objetivos específicos: situarmos o MST no Cariri paraibano, analisando a mobilização social de luta e conquistadas terras do Assentamento “Zé Marcolino” e enfatizando a transformação da sociedade com a conquista da terra; observarmos, tomando como referência o caso das agrovilas Lajinha e Cumarú, as várias experiências vividas entre os posseiros e os assentados; e fazermos, também tomando como referência o caso das agrovilas Lajinha e Cumarú, um estudo sobre a venda irregular dos lotes de terras e a relação dos filhos dos assentados com os lotes de terras depois que se tornaram independentes de seus pais, enfrentando desafios para continuarem morando no assentamento. Buscamos aporte teórico nas leituras empreendidas por Albuquerque Jr, Batista, Carvalho, Kauchakje, Lazzaretti e Pereira. O método de procedimento utilizado foi o da análise qualitativa dos dados. A coleta de dados foi feita através de um conjunto de fontes, tais como: livros, teses, dissertações, monografias, documentos oficiais e relatos de memória obtidos de entrevistas semiestruturadas. Os estudos realizados permitiram compreender que os posseiros e assentados tiveram acesso a terra no assentamento em estudo de forma tranquila e que as suas relações sociais de trabalho se deram trilhando caminhos e alternativas em comum. Também evidenciaram que as políticas públicas no assentamento são distribuídas de forma igualitária entre ambos, não existe nenhum grau de dificuldade que impeça o acesso às políticas públicas. Constatamos que o principal motivo que leva aos assentados a venderem seus lotes no assentamento “Zé Marcolino”, segundo as falas dos entrevistados, é porque é um assentamento de solo pobre que não tem muitas alternativas para plantação, só mesmo em tempos chuvosos, pois são poucos os que têm condições financeiras para perfurar poços e eletrificar seus lotes. E outros por serem da cidade e não conseguirem se concentrar ao meio rural. Por fim, tratando-se da relação dos jovens com o assentamento, seus pais destacam que os mesmos sentem a necessidade de se evadirem, mostraram uma fragilidade social e econômica em que muitos dos filhos dependem das parcelas de seus pais. A pesquisa mostra que, por mais que os filhos dos assentados do assentamento “Zé Marcolino” tenham interesse em continuar no assentamento, não recebem apoio do INCRA.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais. Assentamento rural. Experiências.

## ABSTRACT

This work problematizes the process of social mobilization from the contexts of the settlers and squatters of the Zé Marcolino Settlement, located in the municipalities of Amparo, Sumé and Prata - PB. Our specific objectives were: to situate the MST in the Cariri Paraíba, analyzing the social mobilization of struggle and conquered lands of the settlement "Zé Marcolino" and emphasizing the transformation of society with the conquest of land; To observe, taking as reference the case of the agrovillas Lajinha and Cumaru, the various experiences lived between squatters and settlers; And we also made a study on the irregular sale of land lots and the relation of the settlers' children to the land lots after they became independent of their parents, taking as a reference the case of the Lajinha and Cumaru agrovilas, facing challenges to continue Living in the settlement. We sought theoretical input in the readings undertaken by Albuquerque Jr, Batista, Carvalho, Kauchakje, Lazzaretti and Pereira. The method used was the qualitative analysis of the data. The collection of data was done through a set of sources, such as: books, theses, dissertations, monographs, official documents and memory reports obtained from semi-structured interviews. The studies made it possible to understand that the squatters and settlers had access to land in the study settlement in a quiet way and that their social relations of work were given common paths and alternatives. They also showed that the public policies in the settlement are equally distributed between the two, there is no degree of difficulty that impedes access to public policies. We find that the main reason that the settlers sell their lots in the "Zé Marcolino" settlement, according to the interviewees, is because it is a poor soil settlement that does not have many alternatives for planting, even in rainy times, since they are Few have the financial means to drill wells and electrify their lots. And others because they are from the city and can not concentrate in rural areas. Finally, when it comes to the relationship of young people to the settlement, their parents point out that they feel the need to escape, show a social and economic fragility in which many of the children depend on the parcels of their parents. The research shows that, although the children of the settlers of the settlement "Zé Marcolino" have an interest in continuing in the settlement, they do not receive support from INCRA.

**Keywords:** Social Movements. Settlement. Experiences.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**CDSA** - Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido

**INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**MST** - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

**PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**PROTERRA** - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

**PROVALE** - Programa Especial para o Vale do São Francisco

**POLAMAZÔNIA** - Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais na Amazônia

**POLONORDESTE** - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

**UFCG** - Universidade Federal de Campina Grande

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- FIGURA 01 - Distribuição dos projetos de assentamentos no Cariri Paraibano em 2006..... 30**
- FIGURA 02 - Localização do Estado da Paraíba com o Município de Sumé destacado..... 32**
- FIGURA 03 - Localização dos assentamentos no Semiárido Paraibano em 2006, com destaque para o assentamento “Zé Marcolino”..... 33**

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTO 01 -	Casa sede do Assentamento Novo Mundo – Camalaú-PB.....	26
FOTO 02 -	Casa sede do Assentamento “Zé Marcolino” Amparo em 2016.....	33
FOTO 03 -	Casa sede do Assentamento “Zé Marcolino” Amparo em 2016.....	33
FOTO 04 -	Agrovila Lajinha – Prata - PB em 2016.....	39
FOTO 05 -	Escola do Campo localizada na Agrovila Lajinha – Prata - PB em 2016.....	41
FOTO 06 -	Agrovila Cumarú – Amparo - PB em 2016.....	42

## LISTA DE MAPA, GRÁFICO E QUADROS

MAPA 01	- Estado da Paraíba com a Microrregião do Cariri destacada.....	23
GRÁFICO 01	- A luta e a conquista da terra no Brasil.....	19
QUADRO 01	- A luta e a conquista da terra no Brasil (1988-2006).....	19
QUADRO 02	- Assentamentos do Cariri Paraibano (1993-2012).....	31
QUADRO 03	- Composição dos moradores da Agrovila Lajinha.....	39
QUADRO 04	- Composição dos moradores da Agrovila Cumaru.....	42

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>O MST NO CARIRI PARAIBANO: A MOBILIZAÇÃO SOCIAL DE LUTA E CONQUISTA DAS TERRAS DO ASSENTAMENTO “ZÉ MARCOLINO”.....</b>	<b>16</b>
2.1	O MST NO BRASIL: DESERDADOS EM LONGA LUTA.....	16
2.2	O MST NA PARAÍBA E NO SEU CARIRI: A DEMARCAÇÃO DE SONHOS.....	20
2.3	O ASSENTAMENTO <i>ZÉ MARCOLINO</i> : POSSEIROS E ASSENTADOS	32
<b>3</b>	<b>A POSIÇÃO ENTRE POSSEIROS E ASSENTADOS DO ASSENTAMENTO “ZÉ MARCOLINO”: O CASO DAS AGROVILAS LAJINHA E CUMARU.....</b>	<b>38</b>
3.1	AS AGROVILAS LAJINHA E CUMARU.....	38
3.2	A FORMA DE ACESSO A TERRA PELOS POSSEIROS E ASSENTADOS.....	43
3.3	A REAÇÃO DOS POSSEIROS COM A CHEGADA DOS ASSENTADOS.....	47
3.4	A FORMA DE ACESSO AS POLITICAS PÚBLICAS NO ASSENTAMENTO.....	47
<b>4</b>	<b>A COMERCIALIZAÇÃO DOS LOTES E O DIREITO À HERANÇA FUNDIÁRIA NO ASSENTAMENTO.....</b>	<b>51</b>
4.1	A LEGISLAÇÃO FUNDIÁRIA SOBRE MUDANÇAS DE BENEFICIÁRIOS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO.....	51
4.2	ASSENTADOS REPASSAM SEUS LOTES E DEIXAM O ASSENTAMENTO.....	53
4.3	A RELAÇÃO DOS JOVENS FILHOS DOS ASSENTADOS COM A TERRA: O DIREITO À HERANÇA.....	56
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>59</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>62</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem como objetivo analisar o processo de mobilização social de luta e conquista das terras do que hoje é o Assentamento “Zé Marcolino”, localizado nos municípios de Amparo, Sumé e Prata-PB, especialmente a partir das experiências de seus posseiros e assentados<sup>1</sup>. Pretendendo fazer valer o direito da função social da terra, o Estado adquiriu a antiga Fazenda “Serrote Agudo” para fins de um projeto de assentamento de Reforma Agrária.<sup>2</sup> Mas, há de se considerar que essa ação do Estado deve ser percebida também em decorrência dos históricos movimentos sociais empreendidos pelos sujeitos vários que foram excluídos do acesso a terra no Brasil. Os movimentos sociais<sup>3</sup> têm produzido modificações nas relações sociais e políticas, sobretudo, pela ampliação e pelas lutas contra modos de opressão, exploração e domínio.

Movimento social é uma das formas de ação coletiva. E ação coletiva é uma denominação bastante abrangente para fenômenos coletivos que mobilizam número significativo de pessoas em torno de objetivos pontuais ou históricos. As ações coletivas podem ser agrupadas em lutas armadas e guerrilha, depredações e quebra-quebra. As pessoas envolvidas na ação coletiva buscam interesses comuns, estão mobilizados em busca de conquistar seus direitos. (KAUCHAKJE, 2007, p.79).

Durante muito tempo o desenvolvimento rural foi associado ao conjunto de ações do Estado e dos organismos internacionais junto às regiões rurais pobres que não conseguiam se integrar ao processo de modernização agrícola via substituição de fatores de produção e, por isso, eram consideradas atrasadas.

Na segunda metade do século XX, era muito mais comum a existência de lutas do movimento rural devido ao atraso no desenvolvimento econômico e social no Brasil. As forças produtivas consideradas avançadas tinham a necessidade de travar árduas jornadas para que desenvolvessem as forças produtivas o que, por vez,

---

<sup>1</sup> Esses sujeitos podem ser compreendidos entre posseiros (antigos moradores da Fazenda) e assentados (os que passaram a residir no espaço após a criação do assentamento),

<sup>2</sup> Reforma Agrária é um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir. Cf. CALDART, 2012, p. 657. A desapropriação da Fazenda *Serrote Agudo* ocorreu em 05 de julho de 2001.

<sup>3</sup> Em linhas gerais, o conceito de movimento social se refere à ação coletiva de um grupo organizado que objetiva alcançar mudanças sociais por meio do embate político, conforme seus valores e ideologias dentro de uma determinada sociedade e de um contexto específicos, permeados por tensões sociais. Cf. BOBBIO, 1998, p. 787.

impulsionou os movimentos sociais que lutavam pelo avanço social e pela conquista do poder político. Na contemporaneidade os movimentos sociais ganham novos contornos e significados em um cenário de novas reivindicações, como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Este reivindica não só a posse da terra, mais também acesso ao crédito, à educação no campo, a equidade de gênero, entre outros, tornando-se sujeitos pedagógicos com propostas de ressignificação das ações sociais coletivas no mundo contemporâneo e globalizado a partir de suas experiências e saberes de maneira solidária. (BATISTA, 2003, p. 28).

A pesquisa para este trabalho concentrou-se no Assentamento “Zé Marcolino”, situado entre os municípios de Amparo, Sumé e Prata que ficam localizados no Cariri Ocidental da Paraíba. A antiga Fazenda Serrote Agudo, está a 38 Km da cidade de Sumé, 13 km da de Prata, a 7 km da de Amparo e aproximadamente a uma distância 290 km da capital João Pessoa. Trata-se de uma das grandes fazendas da região do Cariri paraibano, cujo declínio foi letrado pelo poeta Zé Marcolino e cantado por Luiz Gonzaga “(...) Já foi um reino encantado (...) hoje só se vê porta fechada não reina mais alegria (...)”<sup>4</sup>. Em sua área territorial de 2.356,72, passou a viver 86 famílias posseiras e assentadas, sendo que cada família recebeu uma parcela de 19 hectares, além de vários trechos de área comunitária. Como recorte temporal, pretendemos observar as experiências de posseiros entre 2001, ano da desapropriação da fazenda, e 2016.

Pretendemos investigar, portanto, como o processo de mobilização social de luta e conquista das terras do que hoje é o Assentamento “Zé Marcolino”, especificamente observando: primeiro, como esse movimento se insere em um quadro mais geral da luta pela terra no Brasil; segundo, a posição entre posseiros e assentados do assentamento, com destaque para o caso das agrovilas Lajinha e Cumaru; e, terceiro, as questões relacionadas a comercialização dos lotes e ao direito à herança fundiária nessas mesmas agrovilas do assentamento.

As razões para escolher este Assentamento como campo e objeto para a nossa pesquisa se deu depois de uma visita feita ao local sob a coordenação da então professora do Componente Curricular *Educação Popular e Movimentos*

---

<sup>4</sup> “Serrote Agudo”, letra composta por Zé Marcolino em 1962.

*Sociais*<sup>5</sup> (quarto período), bem como da experiência desenvolvida durante o *Estágio Curricular Supervisionado* <sup>6</sup> (quinto período), ambos no curso de Educação do Campo da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – Campus Sumé – PB. Quando desse segundo momento, passamos a desenvolver um trabalho prazeroso junto à Associação dos Assentados, uma vez que iniciamos um contato direto com alguns moradores e lideranças locais, surgindo cada vez mais a vontade e o prazer de nos aprofundarmos nos estudo sobre os Movimentos Sociais e procurar perceber a relação dessa teoria com as práticas vividas naquele assentamento. Nasceu, assim, a vontade de tecer as experiências adquiridas no curso Licenciatura em Educação do Campo, desta vez, caindo mais na prática e envolvendo mais pessoas de outras partes do Assentamento, procurando conhecer melhor suas realidades de quando chegaram para morar e trabalhar, suas identidades territoriais de resistências e desafios para continuarem sobrevivendo.

Outra questão chamou bastante a nossa atenção. Trata-se da forma pela qual a única Associação faz seu trabalho com os assentados de municípios diferentes, já que o Assentamento está dividido entre três municípios distintos e as residências estão bem divididas por quatro agrovilas, sendo cada uma em um município diferente, exceto o município de Prata com duas agrovilas em área diferente.<sup>7</sup> A respeito da construção das moradias no Assentamento, Caniello e Duqué (2004, p. 629) ressaltam que, embora o discurso dos assentados apontasse para preferência da construção das casas nos lotes em virtude de questões culturais, sociais, econômicas e produtivas, havia uma forte predominância da implantação de agrovilas no assentamento. Segundo os próprios assentados, a decisão favorável à construção das agrovilas teria sido introduzida pelos técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

---

<sup>5</sup> A ementa desse Componente Curricular diz: Aspectos históricos e conceituais da Educação Popular e dos Movimentos Sociais no Brasil. Antigos e Novos Movimentos Sociais. Educação Popular como instrumento da gestão participativa nas políticas públicas. Educação Popular e escola pública. Cf. Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, UFCG, 2011.

<sup>6</sup> A ementa desse Componente Curricular diz: Prática docente em contextos não escolares de campo em instituições educativas e de pesquisa (movimentos sociais, organizações não governamentais, cooperativas, comunidades quilombolas e indígenas, museus, arquivos, “estações experimentais”, etc.), bem como se preparar para assumir a regência do processo educativo em outros ambientes formativos de acordo com as áreas de conhecimento específicos. Cf. Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, UFCG, 2011.

<sup>7</sup> O Assentamento *Zé Marcolino* possui quatro agrovilas: *Macaco* e *Lajinha*, no município de Prata; *Formigueiro*, no município de Sumé, e *Cumarú*, no município de Amparo. Cada agrovila mantém maior relação com o município no qual está localizada.

Tendo esses envolvimento e questionamentos, buscamos analisar a possibilidade de compreender a vida desses sujeitos do campo, desde a organização e mobilização, conflitos para ocuparem a terra e depois a conquista e os desafios de permanecerem assentados graças às lutas de coletividade. Assim, pretendemos identificar e analisar quais as dificuldades que eles encontraram para conquistar a terra e, depois de conquistada, quais as novas realidades de trabalho, quais as suas perspectivas depois de se tornarem donos da terra.

Para responder quais foram as especificidades do processo de mobilização social de luta e conquista das terras do que hoje é o Assentamento “Zé Marcolino”, entre os anos de 2001 e 2016, lançamos mão de um conjunto de fontes, tais como: livros, teses, dissertações, monografias, documentos oficiais e relatos de memória. A nossa amostra de entrevistados é composta de cinco pessoas da agrovila Lajinha (dois posseiros e três assentados) e de três pessoas da agrovila Cumaru (um posseiro e dois assentados). A escolha desses entrevistados se deveu pelo fato de nosso conhecimento com os mesmos.

Partindo das considerações postas, procuramos dar sentido a nossa monografia, intitulada de “A mobilização social de luta e conquista de terras no Cariri paraibano: experiências de posseiros e assentados do Assentamento “Zé Marcolino” (2001-2016)”, que foi elaborada com a seguinte estrutura: no primeiro capítulo situamos o MST no Cariri paraibano, analisando a mobilização social de luta e conquistadas terras do Assentamento “Zé Marcolino” e enfatizando a transformação da sociedade com a conquista da terra; no segundo capítulo, tomando como referência o caso das agrovilas Lajinha e Cumaru, procuramos analisar as várias experiências vividas entre posseiros e assentados; e no terceiro capítulo, também tomando como referência o caso das agrovilas Lajinha e Cumaru, fizemos um estudo sobre a venda irregular dos lotes de terras e a relação dos filhos dos assentados com os lotes de terras depois que se tornaram independentes de seus pais, enfrentando desafios para continuarem morando no assentamento.

Essa pesquisa se enquadra na linha de pesquisa *Educação do Campo, Estado e Sociedade*, que se propõe a englobar os projetos de lutas dos diversos atores sociais do campo e movimentos populares. Esperamos que tenhamos contribuído para com a produção de estudos sobre os povos camponeses do Cariri paraibano e desejamos que possam ter uma boa leitura.

## **2 O MST NO CARIRI PARAIBANO: A MOBILIZAÇÃO SOCIAL DE LUTA E CONQUISTA DAS TERRAS DO ASSENTAMENTO “ZÉ MARCOLINO”**

O nosso objetivo nesse capítulo é o de analisar a dinâmica do movimento dos trabalhadores de luta e conquista das terras do então denominado Assentamento “Zé Marcolino” situado nos municípios de Sumé, Prata e Amparo. Sendo que para uma melhor compreensão desse micro movimento social destacaremos a sua relação com o seu universo macro, qual seja: o Brasil, a Paraíba e o Cariri, para, desse modo, entendermos a sua dinâmica no tempo tanto diacrônico como sincrônico.

### **2.1 O MST NO BRASIL: DESERDADOS EM LONGA LUTA**

De acordo com Rangel (2005, p.101), a história da reforma agrária brasileira se inicia tardiamente, no final dos anos 50 e início dos anos 60, quando a reivindicação pelas “reformas de base” (agrária, urbana, bancária e estudantil) tomou corpo e passou a fazer parte das discussões populares. O autor destaca que em meio às demais, a reivindicação pela reforma agrária, exigia a extinção do latifúndio existente desde a época de colonização do Brasil e a melhoria das condições de vida no campo.

De fato, já havia no Brasil uma discussão em torno do modelo fundiário e os possíveis obstáculos que ele impunha ao desenvolvimento do país. Na década de 40 houve diversas propostas de lei para a reforma agrária baseadas nos modelos adotados por países da Europa e EUA, mas nenhuma delas foi aprovada. No Brasil o modelo de colonização contribuiu para a perpetuação de um sistema fundiário baseado na grande propriedade, afinal, o início da colonização no Brasil se deu através da concessão de grandes latifúndios no nordeste do país as Capitâneas Hereditárias e Sesmarias, e o processo de criação dos latifúndios apenas aumentou com a vinda de diversos imigrantes ao Brasil e a mecanização da agricultura principalmente durante o período da ditadura militar.

Ainda segundo Rangel (2005, p.109), a primeira iniciativa em prol da reforma agrária foi a criação da SUPRA – Superintendência Regional de Política Agrária –

em 1962 em resposta a criação das Ligas Camponesas<sup>8</sup> no Nordeste e com o objetivo de promover a reforma agrária no Brasil. Mas, só no início de março de 1964 foi elaborado um decreto que desapropriava terras em torno de rodovias federais e as destinava ao propósito da reforma. Porém, a iniciativa veio tarde demais, pois no final do mesmo mês um golpe de estado iniciou o período da Ditadura Militar que por 21 anos distorceu completamente a questão.

Contraditoriamente, logo no início da ditadura os militares aprovaram a Lei N.º 4.504 sobre o Estatuto da Terra, o primeiro documento oficial sobre a reforma agrária no Brasil e criaram o IBRA e o INDA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, respectivamente) em substituição a SUPRA, e também, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) com o intuito de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.

Porém, os militares ao invés de alavancar a reforma, apenas pioraram a situação ao incentivar as culturas de exportação, como a soja, e a mecanização do processo produtivo. Estas medidas favoreciam os latifúndios e fizeram com que, ao invés de diminuir, o número de latifundiários aumentasse consideravelmente.

Após esse período, diversos programas de ação regional, também chamados de “projetos de colonização”, foram criados, como o PIN (Programa de Integração Regional), o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste), o PROVALE (Programa Especial para o Vale do São Francisco), o POLAMAZÔNIA (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais na Amazônia), e o POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste). Mas nenhum deles trouxe resultados muito significativos.

A esta altura o Estatuto da Terra servia apenas para tratar das questões referentes a política agrícola, enquanto que a questão da reforma agrária e do modelo fundiário brasileiro permaneciam praticamente como no século XVI.

---

<sup>8</sup> Foi um dos movimentos mais importantes em prol da Reforma Agrária e da melhoria das condições de vida no campo no Brasil. As Ligas Camponesas foram organizações de camponeses formadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) a partir de 1945. Elas foram abafadas depois do fim do governo de Getúlio Vargas e só voltaram a agir em 1954, inicialmente no estado de Pernambuco, e posteriormente na Paraíba, no Rio de Janeiro e em Goiás. A partir daí, as Ligas Camponesas exerceram intensa atividade até a queda de João Goulart, em 1964.

Na década de 80 os movimentos sociais em torno da reforma agrária tomam força ao mesmo tempo em que surgem conflitos importantes no norte do país em torno de terras ocupadas irregularmente. Com o fim de resolver este problema são criados os Ministérios Extraordinários para Assuntos Fundiários e dos Grupos Executivos de Terras do Araguaia/Tocantins e do Baixo Amazonas (GETAT e GEBAM). Também sem muita representatividade.

Ainda na década de 80 (1985) o então Presidente José Sarney elabora um plano previsto no Estatuto da Terra, o PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) para o qual é criado a MIRAD (Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária). Porém suas metas são irreais e acabam fracassando. Em 1987 é extinto o INCRA e dois anos depois a MIRAD e a responsabilidade sobre a reforma agrária passa a ser do Ministério da Agricultura. No governo de Fernando Collor (1990-1992) os projetos de colonização são encerrados e não é feita nenhuma desapropriação de terras com o intuito de reforma agrária, que só é retomada em 1992 com a posse de Itamar Franco. Em 1996 é criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária ao qual é incorporado o INCRA. E, finalmente em 2000 é criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ao qual o INCRA é definitivamente vinculado.

Os governos seguintes prosseguiriam com projetos em torno da reforma agrária, até que em 2003 um relatório publicado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, criado em 1970) declara que o governo de Fernando Henrique Cardoso realizou o maior assentamento da história do Brasil com 635 mil famílias assentadas nas cinco regiões brasileiras.

A questão é que embora os números de assentamentos impressionem pela magnitude, dados fornecidos pelo próprio INCRA mostram que a maioria das famílias assentadas não recebe a infraestrutura necessária para se instalar e produzir no campo. A maioria dos acampados à espera de terras é gente desempregada que saiu das cidades em busca de um pedaço de terra e não possui experiência com o trabalho no campo. Ou então, pessoas que já foram donos de terra que e por causa de problemas financeiros tiveram de abandonar suas propriedades. Estes fatos nos mostram que o problema da reforma agrária no Brasil exige uma solução muito mais complexa do que simplesmente distribuir pedaços de terra.

Sendo assim,

A luta pela terra é uma ação desenvolvida pelos camponeses para entrar na terra e resistir contra a expropriação. A resistência do campesinato brasileiro é uma lição admirável. Em todos os períodos da história, os camponeses lutaram para entrar na terra. Lutaram contra o cativo, pela liberdade humana. Lutaram pela terra das mais diferentes formas construindo organizações históricas. (FERNANDES, 1999, p.42).

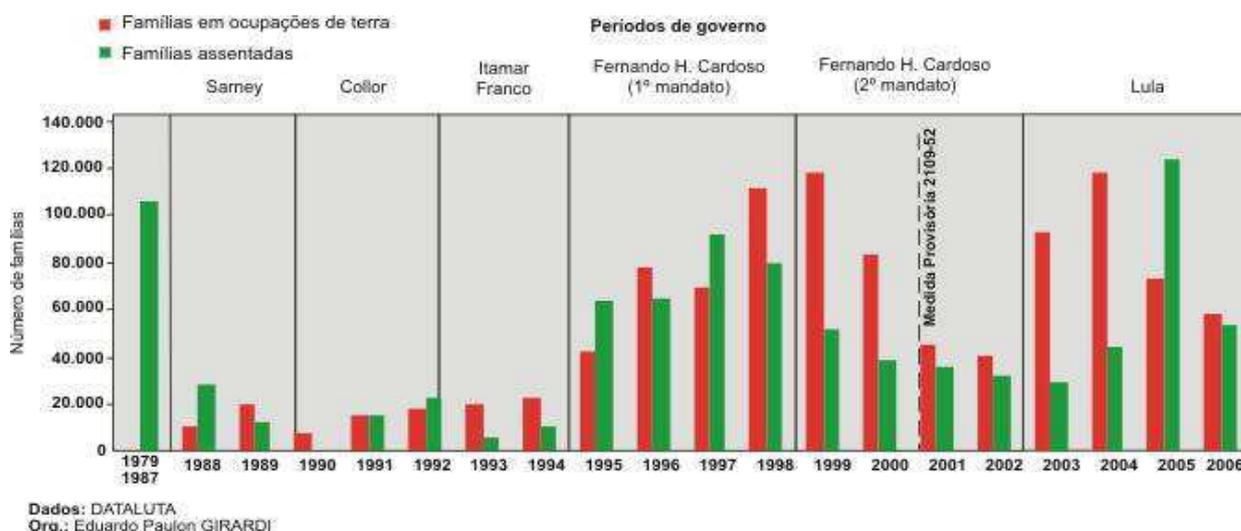
Na medida em que os camponeses se organizam mobilizando para ocuparem terras improdutivas, antes de tudo é preciso que estejam engajados nas discussões. O MST está sempre preocupado, não só que cheguem a conquistar a terra e sim que os camponeses possam permanecer nela e produzir para suas sobrevivências e de suas famílias. Outro ponto importante que o MST sempre aborda nas discussões, quando estão tentando conquistar a terra, e as resistências são forte, então depois a luta é vitoriosa, uma regra é implantada perante todos que a terra não seja vendida a terceiros para nunca perder sua origem de luta e resistência, deve ser passada de pai pra filhos e depois netos. A seguir, apresentamos um quadro com os dados que são significativos para compreendermos o processo de luta e conquista da terra no Brasil entre os anos de 1988 e 2006:

**QUADRO 1 – A luta e a conquista da terra no Brasil (1988-2006)**

	Ocupações de terra	Famílias em ocupações	Assenamentos criados	Famílias assentadas	Area dos assentamentos (ha)
1979-1987	-	-	436	105.778	7.247.245
1988	71	10.491	123	28.251	2.053.290
1989	86	20.350	115	12.136	696.200
1990	50	7.314	31	3.620	158.755
1991	85	14.990	87	15.464	774.640
1992	93	17.838	167	22.251	1.262.894
1993	116	19.442	74	5.513	196.473
1994	163	23.016	42	10.346	503.141
1995	186	42.746	409	63.622	2.957.220
1996	458	78.263	505	64.964	3.912.346
1997	513	69.453	710	92.296	3.645.960
1998	828	111.396	757	79.481	3.039.558
1999	897	118.620	599	51.379	2.215.473
2000	528	83.790	426	38.463	2.182.712
2001	283	45.537	475	35.606	1.833.080
2002	273	40.966	417	31.857	2.584.210
2003	555	92.883	327	29.553	5.290.618
2004	702	118.225	498	44.548	5.371.812
2005	569	73.283	1.056	124.040	14.523.107
2006	553	58.717	412	53.878	4.104.033
<b>TOTAL</b>	<b>7.009</b>	<b>1.047.320</b>	<b>7.666</b>	<b>913.046</b>	<b>64.552.767</b>
Dados: DATALUTA					
Org.: Eduardo Paulon Girardi					

O gráfico a seguir traz uma compreensão do número de famílias ocupantes de terra e de famílias assentadas entre os governos pós-redemocratização, a saber: José Sarney, Fernando Collor de Melo, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Vejamos:

## GRÁFICO 1 – A luta e a conquista da terra no Brasil



### 2.2 O MST NA PARAÍBA E NO SEU CARIRI: A DEMARCAÇÃO DE SONHOS

Analisando alguns autores que tratam do MST na Paraíba, notamos que todos são consensuais no sentido de o mesmo chegou nesse Estado no final da década de 1980<sup>9</sup>. Pereira (2011), por exemplo, cita que a primeira ocupação de terras se deu no dia 7 de abril de 1989, quando cerca de 150 famílias de trabalhadores rurais de nove municípios da região do Brejo paraibano ocuparam a Fazenda Sapucaia, no

<sup>9</sup> Entre esses autores podemos citar: BATISTA, Geovânio Lima. **A luta pela terra e a Educação do Campo**: o caso do Assentamento Zé Marcolino, Prata – PB. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo). Universidade Federal de Campina Grande. Sumé, 2015; CANIELLO, Marcio; DUQUÊ, Ghislaine. Agrovila ou casa no lote: A questão da moradia nos assentamentos da Reforma Agrária no Cariri paraibano. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 37, nº 4, out-dez. 2006; LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária**: Processo de Organização dos Trabalhadores Rurais; Cascavel: edunioeste, 2003; \_\_\_\_\_. **A produção da ação coletiva no MST**: relações de poder e subjetividade. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007; MOREIRA, Emília e TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no Semiárido paraibano. In: **Revista Nera**, Ano 10, Nº 10, Presidente Prudente, jan-jun 2007; OLIVEIRA, Maria Lúcia Lopes de. **Transformação das desigualdades de gênero?** Narrativas da vida cotidiana e empoderamento de mulheres de assentamentos do Cariri paraibano. Dissertação (Mestrado em Educação). João Pessoa, 2007; PEREIRA, Ernandes de Queiroz. **A Organização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo**: do acampamento ao assentamento. Quais os desafios para a educação popular? Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007; \_\_\_\_\_. **A semente plantada**: Educação Popular e cultivo do realismo utópico nas áreas de assentamentos rurais. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2013; eSILVA, Elton Oliveira da; FERREIRA, Eduarda de Lima; MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. Reforma agrária no Cariri paraibano: o caso do Assentamento Estrela D'álva. In: **XIX Encontro Nacional De Geografia Agrária, São Paulo**, 2009, p. 01-22.

município de Bananeiras, de propriedade do fazendeiro Camilo Oliver Cruz, com 2.400 ha.<sup>10</sup>

Uma vez despejados violentamente, aqueles camponeses permaneceram acampados nas proximidades daquela fazenda. Pereira (2011) destaca que a indiferença do governo em relação a desapropriação da área fez com que o MST organizasse outra ocupação, quando então aqueles se juntaram a outros e formaram um grupo de 320 pessoas com o propósito agora de ocupar a fazenda Maniçoba no município de Esperança. Em seguida ocorreu a ocupação da Fazenda EMEPA, em Campina Grande, de onde os camponeses também foram desarticulados e na busca de providências se alojaram na Praça da Bandeira, no centro dessa cidade, durante um período de aproximadamente quatro meses. Mas, o MST não parou com uma luta em busca coletiva pela igualdade e mais uma terra foi ocupada pelo movimento: a Fazenda Boa Esperança, no município de Boa Vista, onde passaram um longo tempo acampados sem que a área chegasse a ser desapropriada.

De acordo com Lazzaretti (2007), a partir de 1991, o movimento na Paraíba passou a contar com o apoio da CUT<sup>11</sup> e a CPT<sup>12</sup>. Foi quando então entrou para a agenda do MST em nível nacional, que passou a desenvolver importantes estratégias educacionais e trabalhos de formação de lideranças junto aos sem-terra paraibanos. Para esse autor

(...) as duas entidades que mais contribuíram para a organização, apoio logístico e demais tarefas necessárias foram a CUT e CPT. A CUT apoiando diretamente nas ocupações, negociações jurídicas. ACPT, com atuação direta, desempenhando o papel mais importante em termos de defesa e organização dos trabalhadores rurais. (LAZZARETTI, 2007, p. 80).

Podendo assim dizer que essas primeiras experiências vividas pelo movimento na Paraíba representam um avanço muito significativo na retomada da luta pela terra e pela cidadania. Foi a partir desse momento que se despontou uma série de

---

<sup>10</sup> Naquela primeira ocupação tinha gente de Alagoa Grande, Juarez Távora, Sapé, Mari, Guarabira, Pirpirituba, Belém, Bananeiras e Remígio. Cf. Pereira, 2007.

<sup>11</sup> Central Única dos Trabalhadores (CUT) é uma entidade de representação sindical brasileira, fundada em 28 de agosto de 1983 na cidade de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo, durante o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora.

<sup>12</sup> Comissão Pastoral da Terra (CPT) é um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), vinculado à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz e nascido em 22 de junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela CNBB e realizado em Goiânia (GO).

novas ocupações por todo Estado, cujas ações desembocaram em várias áreas de assentamentos para os trabalhadores do campo.

Segundo Caniello e Duqué (2006, p. 633), o MST chegou à região do Cariri paraibano durante a década de 1990, quando então os trabalhadores rurais da região aprofundaram a luta pela reforma agrária. Para tanto, se deve considerar a “consolidação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de São Sebastião do Umbuzeiro, o avanço dos movimentos sociais do campo em nível nacional e a crise da grande propriedade rural no Cariri paraibano com o fim dos financiamentos da SUDENE”.

Para a analisar a chegada do MST no Cariri, Batista (2015) também ressalta que se deve considerar a política agrária adotada pelo então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso ao longo de seus dois mandatos (1995 a 2003). Esse governo foi marcado por forte aversão aos movimentos sociais do campo e os camponeses, sobretudo ligados ao MST, sofreram fortes repressões. Procurando desarticular os movimentos sociais do campo e/ou “conter” os conflitos agrários, o governo lançou mão da política de *Reforma Agrária de Mercado*, com o programa Banco da Terra, que visava dois objetivos: potencializar a comercialização de terras através do Banco Mundial, favorecendo o desenvolvimento do capital em meio a grande e média propriedade; e desterritorializar os movimentos sociais da mística de ocupações de terras. Esse autor segue o entendimento de que

(...) o governo Fernando Henrique Cardoso foi marcado pela presença do Estado na execução da política agrária, como também pelo fortalecimento da repressão aos trabalhadores, lideranças e organizações em luta pela terra, necessidade para o desenvolvimento nacional, aplicando-a apenas como política social compensatória e estimulando a Reforma Agrária de Mercado, orientada pelo Banco Mundial. (CARVALHO 2010, p. 405).

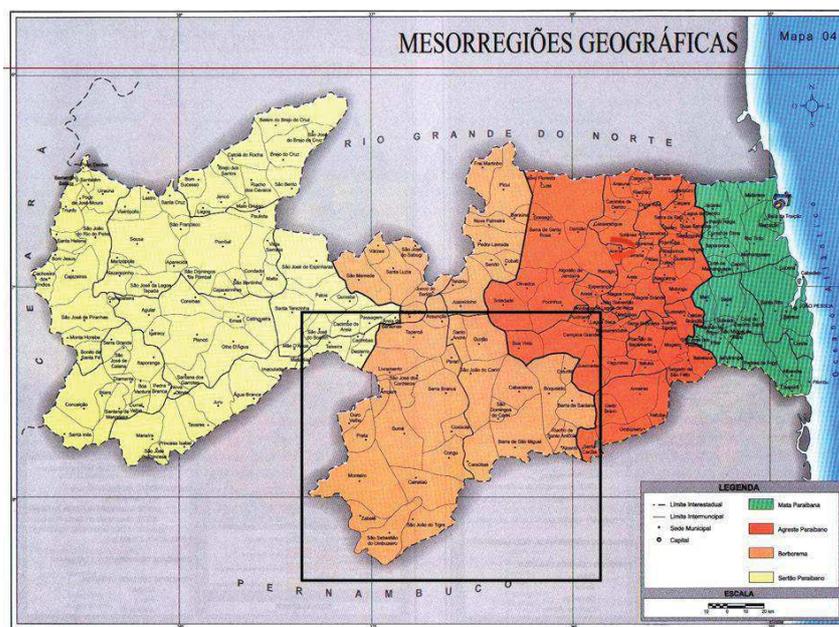
Sendo assim, o modelo de a reforma agrária criado durante os governos de FHC não foi entendido enquanto democratização do acesso à terra, melhorias na qualidade de vida e geração de empregos, mas em promover a distribuição de terras e controlar o poder dos movimentos sociais através da repressão e de decretos que tornava ilegal a ocupação de terras.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Cf. Medida Provisória 2.027/2000 “(...), a qual previa que o imóvel rural objeto de esbulho possessório não seria vistoriado nos dois anos seguintes à sua desocupação (...)”

O Cariri paraibano é subdividido em Ocidental e Oriental e em seu conjunto é composto por 29 municípios.<sup>14</sup> Abaixo segue um mapa destacando a representação cartográfica dessa área.

### MAPA 1 – Estado da Paraíba, com a Microrregião do Cariri destacada



Fonte: Rodriguez (1999)

Nas Microrregiões dos Cariris Ocidental e Oriental atualmente são identificados 21 assentamentos em nível federal, localizados em 13 municípios (Monteiro, São Sebastião do Umbuzeiro, Camalaú, Sumé, Cabaceiras, Coxixola, Prata, Amparo, Barra de São Miguel, Riacho de Santo Antônio, Boqueirão, Taperoá e São João do Tigre) totalizando 40.166,436 ha desapropriados com 1.199 famílias assentadas.

Moreira e Targino (2007) destacam que a questão agrária passou a ganhar destaque na região com a crise da produção do algodão, que teve início com a queda dos preços do produto no mercado, nos anos 70, e agravada com a praga do bicudo, principalmente a partir de 1985. Para esses autores, o declínio da cotonicultura gerou uma crise no sistema de parceria tradicional entre o fazendeiro e o camponês. O algodão que se constituía a fonte de renda monetária do pequeno

<sup>14</sup> O Cariri Ocidental e o Oriental, constituem Microrregiões da Mesorregião Borborema do Estado da Paraíba, localizada na franja ocidental do Planalto da Borborema. Estas Microrregiões são compostas por 29 municípios, ocupando uma área de 11.233 km<sup>2</sup> e, segundo o censo de 2000, possui uma população de 173.323 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 15,65 habitantes por km<sup>2</sup> e, segundo o censo do IBGE (2010), possui uma população de 185.235 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 16,49 hab/km<sup>2</sup>.

agricultor desaparece e o fazendeiro busca outras formas de valorização da terra seja através da substituição do sistema parceria ou arrendamento pelo plantio de pasto artificial e expansão da atividade pecuária, seja oferecendo a terra ao INCRA em troca de uma indenização compensadora (MOREIRA; TARGINO, 2007).

Foi nesse contexto que, em 20 de dezembro de 1993, ocorreu a desapropriação da Fazenda Santa Catarina, no município de Monteiro, sendo ela o primeiro assentamento da Reforma Agrária do Cariri paraibano.<sup>15</sup> Pereira (2007, p. 79) observa que:

Essa área se caracteriza mais como uma regularização fundiária do que um assentamento propriamente, tendo em vista que, após a morte do dono das terras, os moradores continuaram morando e trabalhando na propriedade. Posteriormente, as terras foram desapropriadas e foi concedida a emissão de posse de um lote para cada família, equivalente à área que costumava arrendar.

Notamos que essa desapropriação não foi resultado da luta camponesa por terra e sim resultado de uma articulação levada a efeito entre INCRA e a prefeitura municipal de Monteiro que disseram pretender beneficiar os posseiros. De todo modo, foi com o Assentamento *Santa Catarina* que o Cariri paraibano começou a ganhar uma nova dinâmica em torno da questão territorial, uma vez que passou a ocorrer a conquista de terras pelos camponeses que antes viviam na condição de moradores ou assalariados nas fazendas.

A segunda desapropriação de terras no Cariri foi a da fazenda Estrela D'Alva, em 20 de outubro de 1997, no município de São Sebastião do Umbuzeiro, dando origem ao assentamento de mesmo nome.<sup>16</sup> Essa ação foi resultado direto da mobilização promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele município que apresentou uma demanda de desapropriação ao INCRA. Silva, Ferreira e Moreira (2009) analisam que

(...) a origem deste assentamento também não está relacionada à resolução de um conflito social do campo através da ação desapropriatória do Estado, mas ao interesse do proprietário em negociar a terra com o INCRA e ao interesse do INCRA de alcançar a meta anual de desapropriação de terras e de assentamentos de população prevista para 1997 pelo Governo FHC para a Paraíba. Esse duplo interesse foi reforçado através da demanda formal de

---

<sup>15</sup> A Fazenda Santa Catarina possuía uma área de 2789,5865 hectares, onde foram assentadas 263 famílias. Cf. INCRA.

<sup>16</sup> A Fazenda Estrela D'Alva possuía uma área de 5.270,0 hectares, tendo o INCRA pago uma indenização de R\$397.810,00 aos proprietários. Nela foram assentadas 77 famílias. Cf. INCRA.

desapropriação do imóvel realizada ao INCRA pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, representando os pequenos produtores rurais. Esta demanda tinha como suporte o fato da fazenda ser improdutiva. (SILVA; FERREIRA; MOREIRA, 2009, p. 02).

Em 13 de novembro de 1997, ocorre a luta bem-sucedida pela desapropriação da Fazenda Floresta, no município de Camalaú, dando origem ao assentamento *Novo Mundo*.<sup>17</sup> Caniello e Duqué (2006, p. 633) constatam que esse ano foi marcado pela entrada do Movimento Sem Terra na região. Nesse sentido, Oliveira (2007, p. 62) destaca que “A história da Fazenda Floresta, hoje assentamento Novo Mundo, é caracterizada pela organização, ocupação e processos de resistências das (os) agricultores (as) e se insere, também, no contexto de luta pela reforma agrária no Brasil e no Estado da Paraíba”.

De acordo com o descrito por essa autora, essa Fazenda havia sido propriedade de um deputado, oligarca de Recife, comprada por este por meio de recursos oriundos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste- SUDENE, que, posteriormente vendeu ao empresário parente seu de nome José Inácio da Silva. Tratava-se de uma fazenda que empregava de forma exaustiva um número de 200 agricultores que, apesar de serem assalariados, não tinham vínculos empregatícios e/ou contrato de arrendamento. Consta que

Na época da ocupação, as (os) agricultoras(es) foram informadas(os) pela Comissão Pastoral da Terra da Paraíba – CPT que a fazenda, há dez anos, havia sido considerada improdutiva pelo INCRA. A partir deste momento, um grupo de agricultores, agricultoras e alguns empregados da fazenda começou a participar das reuniões promovidas pela CPT para traçar as estratégias de ocupação. Segundo o presidente da associação do assentamento, a Associação dos Trabalhadores Rurais da Bacia do Açude Público, informado dos fatos, convidou a CPT para discutir a ocupação. A CPT descobriu que o proprietário havia arrendado parte da fazenda, pois sabia que esta seria ocupada a qualquer momento. (OLIVEIRA, 2007, P. 63).

A primeira ocupação se deu em 29 de março de 1997, *Sábado de Aleluia*.<sup>18</sup> Oliveira (2007, p. 63) descreve que naquele dia 105 famílias dos municípios de São Sebastião de Umbuzeiro, Monteiro, Sumé e Camalaú, em romaria com cânticos e rezas, ocuparam aquela terra.

---

<sup>17</sup> A Fazenda Floresta possuía uma área de 1722,2039, onde foram assentadas 87 famílias. Cf. INCRA.

<sup>18</sup> O *Sábado de Aleluia* é o dia seguinte à *Sexta-Feira Santa* e anterior ao *Domingo de Páscoa*. É o último dia da *Semana Santa*, na qual os cristãos se preparam para a celebração da Páscoa. Nele se celebra o dia que o corpo de Jesus Cristo permaneceu sepultado no túmulo.

De imediato as famílias ocupantes não encontraram resistência, mas, no início da noite, capangas a mando do fazendeiro as expulsaram. No dia seguinte (*Domingo de Páscoa*), 87 famílias voltaram a ocupar aquelas terras, sendo que, ao final da tarde, os capangas novamente expulsaram as famílias que se alojaram em galpões próximos. Na quinta-feira seguinte, homens armados cercaram as famílias e determinaram um prazo para saírem dos galpões, mas elas permanecem no local. Os capangas retornaram na sexta-feira para mais uma ameaça e no sábado, em número maior, usaram da força física e expulsam as todas as famílias daqueles galpões.

### FOTO 01 - Casa sede do Assentamento “Novo Mundo”



Fonte: <http://www.ufcg.edu.br/~unicampo/noticia050513.htm>

Oliveira (2007, p. 64) relata que, mesmo diante da repressão, as resistências continuaram e as famílias, juntamente com a CPT e o INCRA, deram início ao processo de negociação com o proprietário para a desapropriação da terra. Após oito meses de mobilização, organização e ocupação, a terra foi desapropriada, em 13 de novembro de 1997. Para esse processo

As (os) agricultoras (es) ressaltam a importância da CPT desde o início do processo de luta pela terra e da organização e formação política das(os) agricultoras(os). Também reconhecem a contribuição da Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Paraíba – FETAG e da Central Única dos Trabalhadores da Paraíba assim como do deputado Luis Couto em todo o processo da luta e conquista da terra. A posse foi comemorada com uma missa e uma festa. Para as agricultoras(es), o nome do assentamento “Novo Mundo” significa o início de uma nova vida, num novo mundo traduzido pela conquista da terra (OLIVEIRA, 2007, p. 64).

Dois anos depois, foram desapropriadas outras terras no Cariri paraibano: as da Fazenda Feijão<sup>19</sup>, em 14 de julho de 1999, no município de Sumé, dando origem ao assentamento *Mandacaru*; e as das fazendas Carrapateira e Palmatória<sup>20</sup>, em 06 de setembro de 1999, no município de Camalaú, dando origem ao assentamento *Beira Rio*.

Para Caniello e Duqué (2006, p. 633) a desapropriação da Fazenda Feijão consolidou a ação do MST no Cariri paraibano. Essa fazenda, localizada a 14 km da sede do município de Sumé, era um latifúndio de 4.393 hectares pertencente a José Lucas, que, após a sua morte, passou a ser administrada por sua família. A partir do momento que passou a ser considerada como uma área improdutivo, trabalhadores sem terras passaram a reivindicar a posse daquele chão.

De acordo com Dilei Aparecida Schiochet Apud Pereira (2007, p. 80), coordenadora do MST na Paraíba e que participou de todos os momentos de organização e mobilização dos trabalhadores para a ocupação daquela fazenda, naquele ano o movimento passava por um intenso processo de territorialização no Estado. Sobre isso, vejamos o que ela diz:

Nesse período de 98 no Estado da Paraíba nós começamos a ocupar os territórios, avançar nos espaços enquanto MST. Bom, essa ida pro cariri, ela foi uma ida solicitada NE? Principalmente por companheiros da região, pessoas ligadas ao movimento sindical, tipo o companheiro Bruno que tinha acesso ao sindicato dos correios e que tinha ligações fortes com Antônio na região e eles solicitavam muito a presença do movimento Sem-Terra na região, foi a partir dessa solicitação da própria região por haver vários latifúndios improdutivo é que o movimento definiu como decisão de consolidar o Movimento. Para nós o MST, a nossa forma de luta é a ocupação de terras, bom através desses contatos que já tinha de pessoas que conheciam a região, a direção do movimento nos deu essa tarefa de ir lá conhecer a realidade, verificar onde estavam os sem-terra e organizar os sem-terra. (PEREIRA, 2007, P. 80).

Entre setembro de 1998 a maio de 1999, a convite do funcionário dos Correios de nome Bruno<sup>21</sup>, alguns líderes do MST da Paraíba e de Pernambuco dedicaram-

---

<sup>19</sup> A Fazenda Feijão possuía uma área de 4384,0508, onde foram assentadas 118 famílias. Cf. INCRA.

<sup>20</sup> As fazendas Carrapateira e Palmatória possuíam uma área de 761,5981, onde foram assentadas 761,5981 famílias. Cf. INCRA.

<sup>21</sup> Bruno, natural de João Pessoa-PB, atualmente reside no sítio da família em Sumé. É membro do Sindicato dos Correios e por fazer parte de um partido de esquerda o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), que comanda este sindicato e que tem como posição segundo Bruno o "apoio total à reforma agrária", colaborou na organização e recrutamento de pessoas para a ocupação da Fazenda Feijão. Bruno também ajudou a organizar os trabalhadores rurais para ocupações nos municípios de Sapé e Santa Rita na Paraíba. Cf. LAZZARETTI, 2007, p. 236.

se a organizar os trabalhadores do Cariri para a ocupação de áreas ditas improdutivas pelo movimento e localizadas, sobretudo nos municípios de Monteiro, Sumé, Camalaú e circunvizinhança. Lazzaretti (2007) destaca que o trabalho inicial para a ocupação da Fazenda Feijão começou através de reuniões com grupos de famílias liderados por Bruno e pelo militante ligado ao Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais de Sumé-PB, Antônio Magro.<sup>22</sup>

Por esse período, o movimento começou um trabalho de base na região, identificando e convidando trabalhadores para reuniões para tratar sobre a problemática da Reforma Agrária, a função social das terras, a importância da união e organização entre os trabalhadores e sobre os vários latifúndios improdutivos do Cariri. O movimento só ganhou força na região depois que convenceu os camponeses de que a luta se tratava de cobrar direitos que todos tinham do Estado e não de tomar o que era dos outros como alguns imaginavam, já que muitos alegavam seu caráter em respeitar o alheio. Mas, o MST conseguiu convencer aqueles trabalhadores de que seu papel era exclusivamente em prol de combater a pobreza rural e de que o caminho mais simples seria ocupando terras improdutivas.

Todavia, a organização para a ocupação durou em torno de um mês em função de que muitas famílias que foram recrutadas para se organizarem para a ocupação não compareciam às reuniões de conscientização e trabalho de base segundo a direção estadual do MST. Apesar de todo o trabalho de formação, no dia da ocupação apenas 17 famílias compareceram.<sup>23</sup> Para isso, a de se considerar que “Essa abstenção é fruto do medo, do assistencialismo, do clientelismo e do compadrio que sempre predominou na região” (PEREIRA, 2007, p. 82). De acordo com Dilei Apud Pereira (2007, p. 80),

Nós devemos ter mobilizado 60 famílias, tanto é que no dia foram as 17, as que já viram que não tinham outra alternativa de vida, possuir, matar, morrer. Isso reflete também o medo que as pessoas têm, principalmente do poder judiciário local, por que foi criado no imaginário do camponês que polícia é inimiga, polícia mata, polícia bate, realmente ela faz isso, mas como eles não têm essa experiência de que juntos podem combater a polícia, que juntos eles têm força, inclusive para enfrentar a polícia, ele

---

<sup>22</sup> Antônio Magro hoje é membro do MST e por problemas internos ao movimento foi deslocado para a militância no estado de Pernambuco. Cf. LAZZARETTI, 2007, p. 236.

<sup>23</sup> O acampamento era composto por trabalhadores urbanos e do campo oriundos de Sumé e de outros municípios do Cariri paraibano, sendo que os primeiros viviam nas periferias daquelas cidades e sobreviviam fazendo biscates e já os segundos viviam do trabalho alugado, da meação, do arrendamento e/ou eram moradores de fazendas. Cf. Pereira, 2007, p. 84.

precisa adquirir isso, então essa foi uma das dificuldades e também é um problema do clientelismo no cariri, toda a região semiárida, mas o clientelismo prejudica porque as pessoas sempre quando tiver clientelismo ou assistencialismo por parte das prefeituras, essa relação entre patrão, entre dono da terra, essa relação de compadrio, por que geralmente os filhos, as pessoas que trabalham nessas fazendas pegavam os próprios donos como compadres, então isso tudo cria uma relação que dificulta o trabalhador entender que existe duas classes sociais por que vira uma relação muito amistosa entre dono da fazenda e sem terra, isso dificulta ele ir pro confronto.

O dia da ocupação, 21 de setembro de 1998, é considerado um marco na História do Cariri paraibano, pois naquele momento um grupo de dezessete famílias quebrou com a cultura senhorial da dominação, da servidão e do silêncio que sempre imperou na região ao questionar a propriedade privada da terra pela primeira vez no município de Sumé. Tratava-se de uma segunda-feira e o Movimento escolheu esse dia por considerar como o mais estratégico, uma vez que é o dia da feira do município e, portanto, quando grande parte da população do campo se desloca para a sede do município. Assim, dois objetivos foram alcançados pelo Movimento: encontraram o campo de ação esvaziado; e, a partir do momento em que a ocupação acontecia, a notícia se espalhava em meio aos envolvidos na feira semanal.

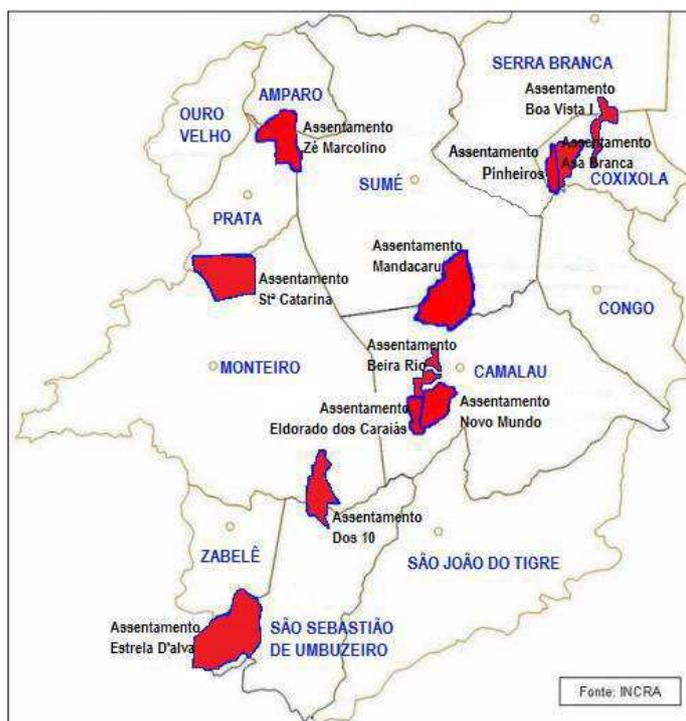
De acordo com o Plano de Desenvolvimento do Assentamento Mandacaru (INSTITUTO, 2001), trinta dias depois dessa primeira ocupação da Fazenda Feijão ocorreu o despejo daquelas famílias, sendo alegada a necessidade de fazer a vistoria. Depois disso

Os agricultores sem terra juntaram-se aos ocupantes da Fazenda Nova Floresta (hoje Assentamento Novo Mundo) durante um período de vinte dias, voltando novamente a ocupar as terras da Fazenda Feijão depois deste período e sendo novamente despejados, desta vez por ordem judicial. Ao sair da fazenda, passaram entre dez e quinze dias em um hotel abandonado na entrada da cidade de Sumé, voltando a ocupar a área até uma nova ordem judicial para que se pudesse fazer a vistoria. Após o término da vistoria (cerca de quinze dias) houve uma nova ocupação, estando os assentados até hoje dentro dos limites da fazenda. Com a imissão de posse em 22 de novembro de 1999, criou-se o Assentamento Mandacaru. (LAZZARETTI, 2007, p.235).

De acordo com os dados do INCRA, entre 1999 e 2000, foram implantados mais sete assentamentos, a saber: o *Dos 10*, em Monteiro, em 30 de setembro de 1999; o *Serra do Monte*, em Cabaceiras, em 10 de novembro de 1999; o *Boa Vista I*, o *Pinheiros* e o *Asa Branca*, em Coxixola, em 10 de novembro de 1999; o *Renascença*,

em Prata, 10 de novembro de 1999; o *Eldorado dos Carajás*, em Camalaú, em 27 de dezembro de 2000. Na figura abaixo identificamos os primeiros assentamentos do Cariri paraibano.

**Figura 1** – Distribuição dos projetos de assentamentos no Cariri paraibano



Fonte: Adaptado de INCRA – PB e Caniello & Duqué (2006).

No ano seguinte, em 05 de julho de 2001, foi assinado o decreto de desapropriação da Fazenda Serrote Agudo, nos municípios de Sumé, Prata e Amparo, dando origem ao assentamento *Zé Marcolino*, que, por se tratar do *locus* de nossa pesquisa, apresentaremos mais detalhadamente no próximo tópico desse capítulo.

Ao analisar os dados do INCRA identificamos que a política de Reforma Agrária levada a cabo durante o governo de Fernando Henrique Cardoso foi responsável pelo total de treze projetos de assentamentos no Cariri paraibano. Constatamos também que essa dinâmica da questão agrária naquele espaço, que possibilitou acessos à terra aos dela historicamente excluídos, cessou nos quatro anos seguintes. Apenas no ano de 2005, as desapropriações de fazendas voltaram a acontecer de forma mais pontual, quando então foram implantados mais oito assentamentos, a saber: o *Maria Bonita* e o *Boa Sorte*, em São Sebastião do Umbuzeiro, em 01 de junho de 2005; o *Novo Campo* e o *Bom Jesus I*, em Barra de

São Miguel, 16 de novembro de 2006 e 17 de janeiro de 2007, respectivamente; o *Trincheiras de Carnoió*, em Riacho de Santo Antônio e Boqueirão, em 22 de novembro de 2008; o *Xique-xique*, em Monteiro, em 04 de dezembro de 2008; o *José Moreira da Silva*, em Taperoá, em 15 de abril de 2010; e o *Nossa Senhora da Conceição*, em Camalaú e São João do Tigre, em 27 de dezembro de 2012.

Abaixo segue um quadro geral apresentando o conjunto desse processo de desapropriação de terras no Cariri paraibano.

### QUADRO 02 - Assentamentos do Cariri Paraibano (1993-2012)

Nº	Fazenda	Assentamento	Município	Área	Nº de Famílias	Desapropriação
01	Santa Catarina	Santa Catarina	Monteiro	2789,5865	263	20/12/93
02	Estrela D'alva	Estrela D'alva	São Sebastião do Umbuzeiro	5267,1695	77	20/10/97
03	Floresta	Novo Mundo	Camalaú	1722,2039	87	13/11/97
04	Feijão	Mandacaru	Sumé	4384,0508	118	14/07/99
05	Carrapateira - Palmatória	Beira Rio	Camalaú	761,5981	29	06/09/99
06	Ribeiro Fundo - Papagaio	Dos 10	São Sebastião do Umbuzeiro - Monteiro	2133,8647	80	30/09/99
07	Pocinhos	Serra do Monte	Cabaceiras	5128,0491	101	10/11/99
08	Caldeirão - Currais Novos	Boa Vista I	Coxixola	849,2168	31	10/11/99
09	Espinheiro - Água Doce I	Pinheiros	Coxixola	584,9429	19	10/11/99
10	Mandacaru - Água Doce II	Asa Branca	Coxixola	1237,4662	34	10/11/99
11	Santa Catarina	Renascer	Prata	1132,5450	57	10/12/93
12	Cachoeirinha	Eldorado dos Carajás	Camalaú	622,4969	16	27/12/00
13	Serrote Agudo	Serrote Agudo Zé Marcolino	Sumé - Prata - Amparo	2358,6313	86	05/07/01
14	Salão - Salãozinho - Maciço - Boa Sorte	Maria Bonita	São Sebastião do Umbuzeiro	1504,3429	20	01/06/05
15	Salão - Salãozinho - Maciço - Boa Sorte	Boa Sorte	São Sebastião do Umbuzeiro	1530,3641	20	01/06/05
16	Almas	Novo Campo	Barra de São Miguel	1152,5694	23	16/10/06
17	Melancia	Bom Jesus I	Barra de São Miguel	1465,0479	20	17/01/07
18	Esperança Trincheiras	Trincheiras de Carnoió	Riacho de Santo Antônio - Boqueirão	294,4008 933,0163	10 27	Aquisição Desapropriação - anexada
	Trincheiras (Anexado)	Trincheiras do Carnoió (Revogado)	Boqueirão	0,0000	0	22/10/08
19	Moconha	Xique-xique	Monteiro	1872,9602	40	04/12/08
20	Panati	José Moreira da Silva	Taperoá	1363,8557	24	15/04/10
21	Arara - Roncadeira	Nossa Senhora da Conceição	Camalaú - São João do Tigre	1078,0570	17	27/12/12

Fonte: elaborado pela autora do texto.

### 2.3 O ASSENTAMENTO ZÉ MARCOLINO: POSSEIROS E ASSENTADOS

Falar da luta pela terra no Assentamento *Zé Marcolino* é falar em conquista não apenas da terra, mais também em conquistar condições dignas de vida, em resistir na terra e lutar por outro tipo de desenvolvimento que permitisse o estabelecimento estável da agricultura e em construir o espaço da educação formal no assentamento.

O assentamento que é objeto de estudo da nossa pesquisa situa-se em Sumé, município que se situa a 264 km da capital paraibana e que, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2008, tinha uma área territorial de 864 km<sup>2</sup> e uma população estimada em 17.908 habitantes.<sup>24</sup>

**Figura 2 - Estado da Paraíba, com o Município de Sumé destacado**



Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Paraiba\\_Municip\\_Sume.svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Paraiba_Municip_Sume.svg)

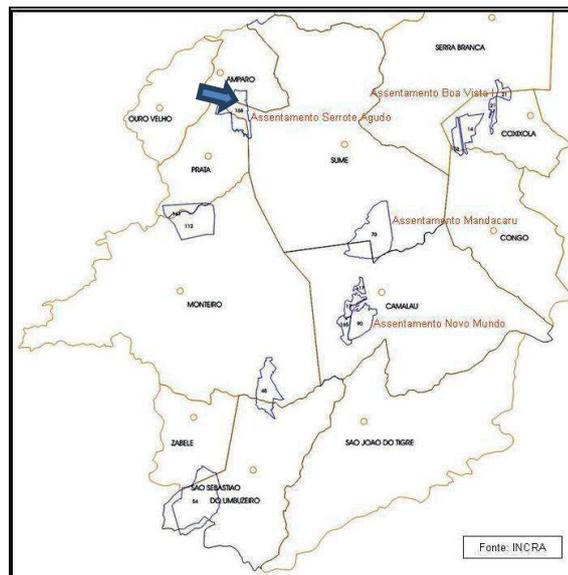
A antiga Fazenda Serrote Agudo, campo de estudo desta pesquisa, está localizada a 38 km da cidade de Sumé, a 13 km da cidade de Prata e a 5 km da cidade de Amparo, situando-se entre esses três municípios do Cariri paraibano. Os proprietários do imóvel eram Hortêncio Ribeiro de Luna Filho e sua esposa Maria Odaísa da Silva Ribeiro. A sua extensão de 2.358,63 hectares foi declarada de interesse social, para fins de reforma agrária, sendo desapropriada no dia em 05 de julho de 2001, através de uma ação movida pelo INCRA.<sup>25</sup> A área desapropriada

<sup>24</sup> O município de Sumé se estende por 838,071 km<sup>2</sup> e contava com 16 872 habitantes no censo de 2016. A densidade demográfica é de 19,16 habitantes por km<sup>2</sup> no território do município. Vizinho aos municípios de Camalaú, Amparo e Prata, Sumé se situa a 36 km a Norte-Leste de Monteiro a maior cidade nos arredores. Situado a 518 metros de altitude, de Sumé as coordenadas geográficas do município Latitude: 7° 40' 18" Sul Longitude: 36° 52' 54" Oeste.

<sup>25</sup> Segundo a documentação consultada, o INCRA repassou o equivalente a R\$ 259.408,00 aos proprietários, como forma de indenização pelo imóvel, e mais 665.179,95 pelas benfeitorias nele existentes.

permitiu a criação de 86 unidades agrícolas familiares, a qual recebeu o nome de Assentamento “Zé Marcolino” e onde passaram a habitar 86 famílias.<sup>26</sup>

**Figura 3 – Localização dos assentamentos no semiárido paraibano, com destaque para o Assentamento Zé Marcolino.**



**Fonte:** Caniello, 2006.

Abaixo apresentamos duas fotografias da casa sede da antiga Fazenda Serrote Agudo.

**FOTOS 02 e 03 - Casa sede do Assentamento “Zé Marcolino” Amparo - PB.**



**Fonte:** Arquivo da autora, 2016.

<sup>26</sup> A Fazenda Serrote Agudo foi um importante latifúndio na história da região, cujo declínio foi contado nas poesias de Zé Marcolino e cantado na voz de Luiz Gonzaga e, por essa razão, o assentamento ganhou o seu nome. José Marcolino Alves (Sumé, 28 de junho de 1930 — Carnaíba-PE, 20 de setembro de 1987), nascido no sítio Várzea Paraíba, foi um poeta que falava do Cariri e dos povos que habitam a região.

De acordo com Batista (2013), na época da desapropriação, naquela fazenda havia dois tipos de trabalhos empregados: quatro famílias moradoras assalariadas que trabalhavam no cuidado de 3.000 cabeças de caprinos; e alguns trabalhadores temporários contratados por diárias quando havia necessidade de se realizar atividades tipo “brocas” (desmatamento) e/ou plantações de capim buffel para a formação de pastagem.

Diferentemente dos processos que fizeram parte da formação dos assentamentos *Novo Mundo* (Camalaú) e *Mandacaru* (Sumé) que estão relacionados à resolução de conflitos sociais, a origem do assentamento *Zé Marcolino* está relacionada aos interesses dos proprietários em negociar aquelas terras com o INCRA e ao desejo desse órgão em alcançar a meta anual de desapropriação de terra.

Para entendermos o processo de desapropriação da Fazenda Serrote Agudo devemos considerar três questões: a fazenda não se encontrava em plena atividade produtiva e, portanto, dentro do contexto da crise pela qual passava a grande propriedade rural no Cariri paraibano com o fim dos financiamentos da SUDENE; em decorrência disso, o desinteresse dos filhos do casal proprietário em darem continuidade às atividades da fazenda; e a possibilidade do alto valor a ser obtido com a venda da propriedade ao Banco da Terra.<sup>27</sup>

Portanto, como dito acima, não houve conflito imediato (mobilização, ocupação) entre os assentados e o casal proprietário para que se pressionasse a desapropriação daquelas terras. Ocorreu que, em 1999, o então proprietário Hortêncio de Luna Filho colocou a fazenda à disposição do INCRA com o propósito de que fosse desapropriada.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento do Assentamento *Zé Marcolino* (INCRA, 2001), o projeto de assentamento era para um número de 86 famílias, sendo que de início se cadastraram apenas 50, faltando, portanto, 36 famílias para alcançar o número exigido para a formação da área assentada. Assim, foi

---

<sup>27</sup> Instituição criada em 1998, integrado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – (BNDES). O Banco da Terra tinha por finalidade a realização de operações de crédito direto com o cidadão, com perfil de arrendatário, posseiro, meeiro, jovens rurais, minifundiários e trabalhadores rurais sem-terra.

necessário que o INCRA realizasse uma campanha para motivar as pessoas a se cadastrarem para ocupar a terra.<sup>28</sup>

Batista (2013, p. 74) observa o processo de constituição das 86 famílias do assentamento que se deu a partir de duas frentes: famílias de posseiros que estavam na fazenda e que permaneceram na mesma após a sua compra pelo INCRA; e famílias que se cadastraram nos Correios locais convocadas pelo INCRA<sup>29</sup>.

Ainda de acordo com esse autor, depois dos cadastros feitos nos Correios, se passou um ano e nenhum encaminhamento foi dado para que as famílias inscritas ocupassem a terra. Isso porque os antigos donos não haviam desocupado a fazenda por a mesma se encontrar arrendada a dois fazendeiros da região. O que terminou por provocar uma nova dinâmica na formação desse assentamento que tem a ver com a mobilização social das famílias cadastradas. O fato é que o MST, que já vinha atuando na região coordenando outras ocupações de terra, convocou essas famílias a se apossarem da terra para qual estavam inscritas. Sobre isso vejamos:

[...] quando foi no final de 2000, o pessoal do MST veio e disse: se vocês não forem ocupar o que é de vocês, vocês nunca vão entrar na terra, porque já faz dois anos que a terra tá paga ao dono e o dono não tá nem ai pra sair [...] O que a gente fez? Juntou um grupo de agricultores e a gente foi pra sede da fazenda Serrote Agudo [...]. Só precisou a gente ficar lá um dia [...] ai a gente descobriu que Assis Quintans tinha arrendado a terra e criava um gado á junto com Jessé Salvador aqui da Prata e eles não queriam sair de lá por causa disso. Pronto à luta que a gente teve foi essa. (Liderança assentada Apud BATISTA, 2013, p 75).

Pelo posto se nota que o processo de mobilização estratégico daquelas famílias durou apenas um dia e foi suficiente para pressionar os arrendatários a retirarem os animais da propriedade.<sup>30</sup> Mesmo tendo experimentado essa ocupação relâmpago, pensamos que a formação desse assentamento se deu sem a mística posta quando da ocupação por meio da formação de acampamentos, que tem

---

<sup>28</sup> O INCRA passou a anunciar nas emissoras de rádios do Cariri paraibano que a Fazenda Serrote Agudo havia sido desapropriada para fins de Reforma Agrária e que as pessoas interessadas em serem assentadas deveriam efetuar o referido cadastro nos Correios. Cf. Batista, 2015, p. 74.

<sup>29</sup> Segundo Batista (2015, p. 74), qualquer pessoa poderia “concorrer a uma vaga” na distribuição de terra, porém tinha que se adequar ao padrão “passivo e ordeiro”. Em outras palavras, como pré-requisito para a seção do bem, não devia participar de movimentos sociais capazes de questionarem o governo.

<sup>30</sup> O fazendeiro Francisco de Assis Quintans (PSDB) foi eleito deputado estadual nas eleições de 1998.

finalidade a formação da identidade entre os ocupantes por meio do processo de resistência na constante luta de permanência na terra.

Entre o final de 2000 e início de 2001, as famílias se instalaram em suas terras e começaram a desenvolver suas culturas agrícolas e pecuárias, o que efetivou a desocupação dos rebanhos dos dois fazendeiros arrendatários e a posse efetiva das famílias assentadas.<sup>31</sup> Estas eram oriundas, principalmente, das zonas rurais dos municípios de Sumé, Prata e Amparo, cuja maioria trabalhava de “meia” ou de “terça” para fazendeiros ou donos dos sítios.<sup>32</sup>

Após a efetivação da posse da terra não havia casas, apenas a terra para trabalhar e criar animais. Por exigência do INCRA, os assentados se organizaram e formaram a *Associação dos Assentados do Assentamento Zé Marcolino* para que pudessem ter acesso às políticas públicas. Uma das primeiras reivindicações e conquista da Associação foi a construção das casas no sistema de agrovilas, que hoje os assentados reclamam de terem acolhido esse modelo de habitação. O motivo dos assentados terem aceitado foi o das promessas recebidas por parte dos membros do INCRA de que as casas construídas em agrovilas iam ter acesso à energia elétrica, à água encanada, posto de saúde e escolas. Assim, o sistema de moradia no Assentamento *Zé Marcolino* é contraditório ao camponês, na medida em que estabelece um modelo urbano de relações sociais e dificulta o desenvolvimento do sistema produtivo característico do campesinato.

O Assentamento *Zé Marcolino* possui quatro agrovilas: *Macaco* e *Lajinha*, no município de Prata; *Formigueiro*, no município de Sumé, e *Cumarú*, no município de Amparo. Cada agrovila mantém maior relação com o município no qual está localizada. As relações estabelecidas são tanto de ordem econômica, como também de busca de acesso aos serviços básicos como o de educação e o de saúde.

O assentamento é composto de 86 unidades de produção, cada uma com dimensão de 19,8 ha, além de uma área comunitária. Cada família assentada tem seu lote de terra que, de acordo com o Programa de Reforma Agrária, ficaram legalmente em nome do INCRA por um período de dez anos, quando então as famílias receberam o título de propriedade da terra. Os sistemas de produção

---

<sup>31</sup> Nestas terras vivem 86 famílias, 71 cadastradas na relação de beneficiários e 15 agregadas (famílias constituídas por relações de parentesco e que passam a viver na casa de uma família assentada ou em uma construída ao lado dessa).

<sup>32</sup> Arranjos em que o trabalhador paga a “meia” parte (50%) ou a “terça” parte (1/3) de sua produção ao proprietário da terra.

identificados constituem-se em combinações de agricultura e pecuária. Os produtos vegetais mais cultivados são: o milho, o feijão, o jerimum e a melancia, destinados principalmente ao autoconsumo da família e para a alimentação animal. Apenas o excedente da produção é comercializado nas feiras livres dos municípios de Sumé, Amparo e Prata diretamente pelos assentados ou é vendido ao atravessador no próprio lote. Nota-se uma preocupação em não utilizar adubos químicos nem agrotóxicos nas plantações e a opção por usar adubo orgânico, com destaque para o esterco do gado.

### 3 A POSIÇÃO ENTRE POSSEIROS E ASSENTADOS DO ASSENTAMENTO “ZÉ MARCOLINO”: O CASO DAS AGROVILAS LAJINHA E CUMARU

Neste capítulo pretendeu-se verificar de que forma os posseiros (antigos moradores da Fazenda *Serrote Agudo*) e assentados (os que passaram a residir no espaço após a criação do assentamento) tiveram acesso a terra e a reação dos primeiros quando os segundos chegaram à antiga fazenda. Destacando a forma de acesso as políticas públicas pelos mesmos, para que os projetos fossem viáveis social e economicamente, uma vez que consideramos importante que os posseiros e assentados tenham acesso às políticas sociais de saúde, educação, agrícola, financeira, entre outras. Conforme já dito na introdução, a escolha das duas agrovilas apresentadas no tópico desse capítulo se deu em razão de uma visita coordenada pela professora do componente curricular *Educação Popular e Movimentos Sociais*, bem como do *Estágio Curricular Supervisionado I* do curso Educação do Campo, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – Campus Sumé – PB, experiência que me possibilitou um trabalho prazeroso junto à Associação e um contato direto com alguns moradores e lideranças locais, surgindo cada vez mais a vontade e o prazer de nos aprofundar no estudo dos movimentos sociais e tecer as experiências adquiridas no curso Licenciatura em Educação do Campo, desta vez pondo mais em prática ao envolver moradores das agrovilas Lajinha e Cumarú, ambas situadas em município diferentes.

A nossa amostra de entrevistados é composta de cinco pessoas da agrovila Lajinha (dois posseiros e três assentados) e de três pessoas da agrovila Cumarú (um posseiro e dois assentados). A escolha dos entrevistados se deveu pelo fato de nosso conhecimento com os mesmos.

#### 3.1 AS AGROVILAS LAJINHA E CUMARU

Neste capítulo apresentamos uma análise da relação existente entre os diferentes sujeitos do assentamento “Zé Marcolino”, especificamente de duas de suas agrovilas: Lajinha e Cumarú<sup>33</sup>. Ao percebermos que esses sujeitos podem ser

---

<sup>33</sup> Como já mencionado no primeiro capítulo, em 05 de julho de 2001, foi assinado o decreto de desapropriação da Fazenda Serrote Agudo, nos municípios de Sumé, Prata e Amparo, dando origem ao Assentamento “Zé Marcolino”.

compreendidos entre posseiros (antigos moradores da Fazenda Serrote Agudo) e assentados (os que passaram a residir no espaço após a criação do assentamento), interessamo-nos analisar as relações e a forma de acesso à terra de ambos. Para tanto, realizamos entrevistas orais, um instrumento importante para nossa pesquisa. Segundo Gil (2008), pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe faz perguntas com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. Assim, a entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

A agrovila Lajinha, uma das quatro do assentamento em estudo, está localizada a 5 Km da cidade da Prata, seu município sede. Segundo o assentado “A”(Lajinha) presidente da associação comunitária<sup>34</sup>, lá moram 40 (quarenta) famílias que podemos apresenta-las melhor no quadro que segue:

#### QUADRO 03 – COMPOSIÇÃO DOS MORADORES DA AGROVILA LAJINHA

MORADORES	QUANTIDADE	TEMPO DE RESIDÊNCIA	TOTAL
Posseiros	01 família	20 anos	02
	01 família	17 anos	
Assentados	28 famílias	16 anos	38
	10 famílias	07 anos	
TOTAL DE FAMÍLIAS			40

Quadro elaborado pela autora a partir de informações coletadas com o presidente da Associação Comunitária do Assentamento “Zé Marcolino”, 2016.

#### FOTO 04 - Agrovila Lajinha - Prata-PB.



Fonte: Arquivo da autora, 2016.

<sup>34</sup> Entrevista concedida a autora em 29/04/20016. Casado e com 63.anos, reside na agrovila Lajinha desde 2000.

A agrovila Lajinha é um espaço de convivência coletiva bem organizada e as famílias ali residentes que foram entrevistadas ao longo de nossa pesquisa demonstraram encontrar-se satisfeitas com o seu lugar de moradia. Todas têm acesso a uma casa de residência, que se encontra em boas condições estruturais, dispondo de água encanada e energia elétrica e a sua parcela de terra, cujas melhorias são proporcionados por meio de projetos que lhes são destinadas pelo INCRA.

Essa agrovila também dispõe de uma Escola Estadual de Ensino Fundamental em sua primeira fase, cuja proposta de ensino se fundamenta no princípio da educação contextualizada para o campo, atendendo cerca de 50 alunos do 1º ao 5º ano pela manhã, além de outros na Educação de Jovens e Adultos (EJA) à noite. Naquele assentamento, adotou-se um modelo de Educação do Campo baseado nos seguintes argumentos:

A educação do campo tem características e necessidades próprias. Sem abrir mão de sua pluralidade, dialogada com as diversas áreas do conhecimento, sendo dever do Estado democrático assegurar a todas as pessoas que vivem e trabalham no campo e que ao longo da história foram abandonadas pelo poder público que deveria garantir educação de qualidade para todos. (COSTA, 2009, p.110).

De acordo com Costa (2009), a Educação do Campo no Brasil tem como marco a organização dos povos do campo, cujo currículo está voltado às necessidades sócio-político-econômicas da diversidade dos sujeitos camponeses do Brasil. Ao analisarmos os relatos orais de uma das moradoras da agrovila Lajinha, que também é professora e diretora da Escola, notamos o quanto essa comunidade se encontrava excluída por parte das ações governamentais de educação que ali não instalou uma escola, não tendo sido sequer custeada por recursos municipais e sim com recursos próprios dos assentados. Pela fala da depoente ainda é possível notar o quanto inovador é aquele projeto de educação:

Depois de tanta luta dessa escola a gente ver ela assim, é feinha mais pra mim é a escola mais bonita que tem. Sabe por quê? Por que foi construída pelas mães. A gente sentiu a necessidade de nossos filhos estudarem perto daqui e também num fugir da cultura da gente, das nossas raízes. Eu fico tão emocionada quando meus meninos dizem “mais mãe hoje foi tão bom, a gente aprendeu muita coisa sobre agroecologia, a fazer biofertilizante, o que é uma compostagem”, isso pra mim é muito gratificante porque foi isso que

a gente lutou. O único apoio que tivemos foi do Projeto Dom Helder que foi a base pra gente construir a nossa Escola. Assentada "B" (Lajinha)<sup>35</sup>

Abaixo segue uma imagem da Escola do Campo localizada naquela agrovila:

**FOTO 05 - Escola do Campo localizada na agrovila Lajinha - Prata-PB.**



Fonte: Arquivo da autora, 2016.

Os estudantes são filhos dos próprios assentados e as professoras também. Em nossas entrevistas podemos perceber que o projeto pedagógico da escola do campo, além de atender a grade curricular obrigatória, inclui outras atividades relacionadas com o cotidiano das crianças em sua experiência cotidiana camponesa. Assim, desenvolvem atividades em que os/as agricultores/as, que são pais de alunos/as, são convidados para explicarem em sala de aula assuntos sobre agricultura familiar, fauna e flora da caatinga. Verificamos, portanto, que naquela escola se constroem processos educativos que respeitam a diversidade social, geográfica e cultural dos povos que vivem no campo e ainda que assegurem uma educação de qualidade que não discrimine e não exclua a importância das atividades que o homem e a mulher do campo realizam.

O nosso segundo campo de pesquisa é a agrovila Cumaru, que está localizada á 5 km da cidade do Amparo, seu município sede. Segundo o assentado "A" residente da associação comunitária<sup>36</sup>, lá moram 19 (dezenove) famílias que podemos apresenta-las melhor no quadro que segue:

<sup>35</sup> Entrevista concedida a autora em 29/04/2016. Casada e tem 36 anos, reside na agrovila Lajinha desde o ano 2000.

<sup>36</sup> Entrevista concedida a autora em 29/04/2016. Casado e com 63 anos, reside na agrovila Lajinha desde 2000.

#### QUADRO 04 – COMPOSIÇÃO DOS MORADORES DA AGROVILA CUMARU

MORADORES	QUANTIDADE	TEMPO DE RESIDÊNCIA	TOTAL
Posseiros	01 família	18 anos	01
Assentados	15 famílias	16 anos	18
	03 famílias	07 anos	
TOTAL DE FAMÍLIAS			19

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir de informações coletadas com o presidente da Associação Comunitária do Assentamento “Zé Marcolino”, 2016.

Diferentemente dos assentados da agrovila Lajinha, os da agrovila Cumaru demonstram certo grau de insatisfação para com o INCRA, a associação e o prefeito do município de Amparo. Diz o assentado A:

Aqui nos somos esquecido por todo mundo, nem faz nada prefeito, nem associação. A associação o que pega é tudo pra Lajinha, porque o presidente, a tesoureira, secretaria tudo são de lá, quando vem chegar alguma coisa pra nós não tem mais nem graça. O INCRA faz tanto tempo que num vem nem aqui, volta lá da Lajinha mesmo. O prefeito até pra mandar fazer a estrada é preciso nós ir brigar lá, muita vez o carro num vem pegar nossos filhos pra ir para escola, num tem em que transportar um doente, só se for de moto, aqui num tem escola nem mesmo ao menos um salão pra fazer reunião.<sup>37</sup>

Ao analisarmos mais detalhadamente esse espaço de convivência coletiva, notamos que seus moradores realmente são carentes por parte das políticas públicas e, portanto, demonstram encontrar-se não totalmente satisfeitos com o seu lugar de moradia.

#### FOTO 06 - Agrovila Cumarú – Amparo - PB.



**Fonte:** Arquivo da autora, 2016.

<sup>37</sup> Entrevista concedida a autora em 06/05/2016. Casado e com 63 anos reside na agrovila Lajinha desde 2000.

### 3.2 A FORMA DE ACESSO A TERRA PELOS POSSEIROS E ASSENTADOS

Grupos de famílias começaram a se organizarem com o objetivo de ocupar a terra e foi nesse momento em que se desenvolveram procedimentos de uma luta popular que colocaram as pessoas em movimento em prol de seus direitos. O primeiro desses procedimentos foram as reuniões que tinham por objetivos o planejamento da forma de ocupação e a construção de uma psicologia positiva que assegurasse a vontade daquelas famílias em ocuparem a terra. Assim, esses camponeses sem-terra nos relatam suas memórias de como esse processo ocorreu:

Assim, foi tudo tranquilo eu mesmo sabia que a fazenda Serrote Agudo já tinha sido desapropriada porque seu Antônio Mago era bem informado sobre essas coisas e sempre passava lá onde eu morava e ele mim contava tudo, inclusive que a propriedade já tinha sido vendida e o fazendeiro estava segurando nem ai pra desocupar. Um dia fui no Amparo, na Prata e juntei um povo que eu sabia que tavam muito precisado de um pedaço de terra pra trabalhar e fomos pra lá passamos um dia discutindo como seguir em frente. (ASSENTADO "A" CUMARÚ)<sup>38</sup>

Através das falas dos assentados podemos identificar suas razões em tomarem iniciativas de convocarem famílias das cidades vizinhas no sentido de se organizarem coletivamente para ocuparem a fazenda como parte de um planejamento que objetivava obter um lugar próprio para desempenharem suas experiências camponesas. Foi então que os/as trabalhadores/as sem-terra passaram a ocupar aquelas terras, predominantemente nas faixadas adequadas para os seus roçados. Todavia, tais ocupações de terra ocorreram inicialmente de forma isolada por um pequeno grupo de famílias sem muita experiência de organização social, depois, pela própria necessidade que se ia apresentando ao movimento, passaram a constituir um movimento social mais articulado.

Verificamos que essa experiência de ocupação contribuiu para todo sentimento de identidade que aqueles assentados têm para com o seu lugar. Podemos dizer que hoje esses/essas assentados/as não compreendem aquele espaço como um lugar qualquer e sim como um lugar construído ao longo dos anos que se seguiram, com local de moradia, com local de trabalho, que garante um meio de vida para

---

<sup>38</sup> Entrevista concedida a autora em 21/05/2016. Casado e com 65 anos, reside na agrovila Cumarú desde 2000.

quem se identifica com a agricultura e caprinocultura. Podemos assim dizer que passou a significar para aqueles sujeitos um lugar de experiência multiplicadora quando dos dias de se plantar, dos dias de se colher, dos dias de se consumir, dos dias de se vender, dos dias de se comemorar ou de recomeçar, sem ter mais que viver na forma de parceria (“meia” ou “terça”)<sup>39</sup> com o fazendeiro, como era comum acontecer nas relações de trabalho até então comuns entre os homens e mulheres que não tinham terras próprias para trabalharem.

É nesse contexto da forma de acesso a terra no Assentamento “Zé Marcolino” que também buscamos identificar se houve dificuldade para os posseiros obterem seus lotes de terra. A partir das falas dos depoentes vamos desvendando como se deu esse processo entre o grupo posseiro e o assentado. Como exemplo, vejamos a fala do posseiro “A” (Cumarú):

A forma de acesso à terra foi diferente pra nós posseiros logo no começo porque nós não estavam cadastrados e o pessoal que chegaram uns dizia que nós não podia ficar porque só quem era cadastrado era quem ia ficar. Ai eu mesmo fiquei com medo. Ai choveu mais eu nem plantei e meus animais ficaram tudo junto com os dos outros. Mais depois um representante do INCRA chegou e falou que nós podia se cadastrar, inclusive que nós posseiros era quem mais tinha direito aqui, mesmo que não fossem cadastrado porque nós já morava aqui e nós tinha prioridade, ai ficou tudo a mesma coisa.<sup>40</sup>

De acordo com o relato de memória do posseiro “A”, percebemos que o processo de acesso a terra por parte desses se deu de forma diferente. Diz o mesmo que sentiu dificuldade para se acomodar na terra, perdendo o primeiro ano de planta depois que a fazenda passou a ser assentamento, pois ficou desinformado se realmente poderia continuar ali. Ainda de acordo com o posseiro, alguns assentados também não estavam de acordo com a proposta dos posseiros continuarem no assentamento, pois entendiam que o dono da fazenda já havia pagado todos os seus direitos e, desse modo, deveriam deixar aquelas terras. O que reflete, portanto, uma relação de conflito no acesso a terra entre assentados e posseiros.

---

<sup>39</sup> A parceria (“meia” ou “terça”) é a relação de emprego com remuneração *in natura* do trabalho. Isto é, com pagamento da remuneração do trabalhador com parte do produto: a metade, na meação; duas terças partes, na terça.

<sup>40</sup> Entrevista concedida a autora em 21/05/2016. Casado e com 61 anos, reside na sede na agrovila Cumarú desde 1997.

### 3.3 A REAÇÃO DOS POSSEIROS COM A CHEGADA DOS ASSENTADOS

Camponeses e líder do MST chegam à Fazenda *Serrote Agudo*, hoje assentamento “Zé Marcolino”, através do processo de ocupação, primeiro passo da busca por um pedaço de terra que representa todo um sentimento de esperança para quem tanto desejava ter seu pedaço de terra. A partir do relato oral de um posseiro entrevistado, notamos que a chegada dos camponeses na antiga fazenda foi motivo de tristeza para alguns dos posseiros. Vejamos:

Olha, mim bateu uma tristeza grande quando vi o povo chegar aqui, eu fiquei pensando “e agora nós vamos viver de que?” Sei que a partir desse mês seu Hortêncio não paga mais e ainda pensando que o INCRA vinha colocar nós pra fora. Porque eles nunca tinham feito nenhuma inscrição de nós. (POSSEIRO “A” CUMARÚ)<sup>41</sup>

O posseiro relata sua tristeza quando do momento que soube sobre a venda da terra da fazenda para o INCRA, demonstrando que sua vontade naquela ocasião era a de que aquele pessoal que estava sendo assentado fosse embora, pois para ele o mais importante era continuar trabalhando para o fazendeiro porque todo final de semana tinha seu dinheiro de fazer a feira. Relata ainda que já havia trabalhado na propriedade quando criança com seus pais e que ali sempre foi a fonte de vida para as pessoas dos sítios vizinhos que precisavam trabalhar alugado. Ou seja, para o depoente não tinha sentido de os moradores da fazenda se juntarem ao movimento social dos camponeses que estavam sendo assentados.

Já outro posseiro demonstra que ficou feliz com a chegada das pessoas assentadas, conforme notamos no relato que segue:

Eu nem liguei, eu morava meio afastado da fazenda (...) quando, fiquei sabendo fiz questão de ir lá, cheguei lá fui pro meio deles. Quando mim disseram como era o negocio achei foi bom porque sempre eu não tinha planos de ficar ali por muito tempo, era muito esquisito, eu tinha até medo de morar aqui. Hoje não é mais esquisito, nós tem terra pra trabalhar e nós mesmo cria e tem onde morar. (POSSEIRO “A” LAJINHA)<sup>42</sup>

---

<sup>41</sup> Entrevista concedida a autora em 21/05/2016. Casado e com 61 anos, reside na sede na agrovila Cumarú desde 1997.

<sup>42</sup> Entrevista concedida a autora em 21/05/2016. Casado e com 43 anos, reside na agrovila Lajinha desde 1999.

Notamos que o grau de satisfação desse entrevistado está ligado ao fato de o mesmo residia em local muito isolado na fazenda e ver nessa possibilidade do lugar se tornar mais acessível e o mesmo adquirir uma posse da terra, para nela morar e permanecer produzindo a sua subsistência, uma melhor alternativa em à relação a do trabalho alugado que o mesmo mantinha com o fazendeiro. O mesmo ainda relata a opinião de que os posseiros eram para terem sido privilegiados pelo proprietário da fazenda com a doação das melhores terras da fazenda, assim como ocorreu com a moradia dos mesmos.<sup>43</sup>

Outro posseiro nos relata sobre suas impressões diante do contexto da chegada dos camponeses assentados na fazenda, como segue:

Aonde primeiro o povo chegaram foi lá no Serrote Agudo, aqui na Lajinha não veio ninguém logo no começo. Ai o outro morador veio aqui mim avisar que lá tinha chegado um pessoal lá. Ai eu falei pra ele continuar trabalhando nas obrigações dele e não da atenção a ninguém, porque eu imaginava que era o povo querendo invadir a fazenda, mais deixa que a fazenda tava era vendida. Liguei pro fazendeiro, contei o que tava se passando, ele só fez dizer "tá certo". Quando veio aqui começou a levar umas coisas lá pra Santa Rita, onde ele morava. Já fiquei pensativo, pior parte foi quando o povo começou a chegar onde eu moro. No começo foi muito difícil pra nós morador não queria aceitar a venda da terra, não ficamos satisfeito. (POSSEIRO "B" LAJINHA)<sup>44</sup>

A partir das falas apresentadas dos posseiros entrevistados, verificamos que, especificamente os que residiam na fazenda, ficaram tristes e pensativos quando souberam da venda das terras da fazenda para o INCRA, bem como da conseqüente chegada dos camponeses assentados. Mas, ao analisarmos outras falas desses depoentes, também notamos que hoje eles demonstram satisfação diante da convivência transcorrida desde então com os seus vizinhos assentados.

Segundo os assentados, eles foram atraídos por um líder do MST para melhorar a qualidade de vida dando entrada na antiga fazenda, sem o patrão desocupar a terra. Diz a assentada:

Na época eu percebi a preocupação de alguns dos moradores posseiros, acho que eles estavam com medo que sumissem algum objeto ou animais do fazendeiro, porque ele ainda não tinha tirado suas coisas. Ai dava pra perceber o quanto eles estavam nervoso com nós ali. Mas seu Antônio

<sup>43</sup> Os posseiros da fazenda tiveram o direito garantido de continuarem residindo nas casas que já habitavam na condição de moradores.

<sup>44</sup> Entrevista concedida a autora em 29/04/2016. Casado e com 41 anos, reside na agrovila Lajinha desde 1995.

sempre reunia todos e dizia olhe gente por enquanto que o fazendeiro não retira suas coisas o nosso local é aqui na varanda da casa ninguém entra e nem uma dessas casas, ai o mesmo nós fizemos. (ASSENTADO "A" LAJINHA).

Segundo as falas dos assentados, um líder do MST, conhecido na região como Antônio Mago, foi a pessoa muito atuante para dar forças e guiar os assentados naquele momento em que alguns tinham medo de permanecer no local com medo até mesmo que os posseiros avisassem a polícia para vir retirar as famílias do local. Ainda sobre isso, vejamos:

Não vou mentir eu fui com medo, quando cheguei tive por ali conversando mais um pessoal de Sumé ai eles começaram a dizer quando foi pra entrar na fazenda Feijão, que quando pensaram que não a polícia tinha chegado para botar eles pra fora eu pensei meu caminho é por aqui, ai fui embora eu morava ali no Salgadinho, pertinho daqui. Só voltei pra cá quando o fazendeiro tinha desocupado mesmo e já tavam chamando no rádio pra fazer o cadastro. (ASSENTADO "A" CUMARU).

### 3.4 A FORMA DE ACESSO AS POLITICAS PÚBLICAS NO ASSENTAMENTO

São nos assentamentos que se desenvolvem as histórias de vidas das populações ali estabelecidas, histórias de vidas de diferentes personagens advindos de diferentes lugares e que passaram a compartilhar de uma mesma experiência conjuntamente. Depois da luta pela ocupação adveio o sonho de que a terra fosse parcelada ou dividida entre posseiros e assentados, que, de acordo com o presidente da Associação (Anselmo Coelho da Silva), apenas três anos depois veio a acontecer.<sup>45</sup> Depois de muitas reivindicações dos assentados junto ao INCRA, este objetivo foi alcançado e com isso adveio um sentimento de satisfação entre os camponeses ali presentes, como evidenciamos na fala que segue:

O dinheiro que vem é bom, mais o parcelamento, ainda foi melhor que o dinheiro porque, a gente antes não tinha como fazer uma plantação segura para aumentar a criação porque nós pensava se plantar num canto e quando vinheci o parcelamento cair pra outro e a pessoas perdia o que fez. Hoje nós tamos todos predificados, cada um, quando o dia amanhece, sabe pra onde correr. (ASSENTADO "A" LAJINHA)<sup>46</sup>

<sup>45</sup> Considerando que o decreto de desapropriação da Fazenda Serrote Agudo foi assinado em 05 de julho de 2001, pensamos que essa demarcação dos lotes só adveio no ano de 2004.

<sup>46</sup> Entrevista concedida a autora em 05/08/2016. Casado e com anos, reside na agrovila Lajinha desde 2000.

Ou seja, notamos que as famílias assentadas passaram um bom período recebendo promessas do INCRA, sem que efetivasse a divisão daquela terra em lotes entre para os posseiros e assentados. Por seu turno, quando isso veio a acontecer não adveio acompanhado de políticas públicas que assegurassem àqueles sujeitos para permanência naquele espaço com qualidade de vida necessária. De acordo com Martins (1994, p. 15)

Os assentados também precisam de uma reforma social para as novas gerações, uma reforma que conheça a ampliação histórica de suas necessidades sociais. Sem que as novas gerações se sintam envergonhadas de assumir suas identidades, não apenas como trabalhadores, mas como pessoas de direito. Querem, portanto, mudanças sociais que reconheçam como membros integrantes da sociedade.

Devemos levar em consideração que a vida de assentado não é fácil, pois a realidade vivida num assentamento é cheia de dificuldades relacionadas à moradia, produção, saúde, educação, lazer, etc. A realização de nossa pesquisa se deu em duas agrovilas do assentamento “Zé Marcolino” onde identificamos essas difíceis condições de sobrevivência. Segundo Albuquerque Jr. (2000, p. 336-337), a forma como o pequeno camponês/sem-terra ver a terra como algo íntimo do ser, onde é nela que esse sujeito constrói seu cenário de identidade, ligando-se à natureza como forma de valorizar seu espaço de vivência.

Outro assentado entrevistado por nós relata a sua experiência de resistência quando da imposição por parte do INCRA na construção das casas dos assentados nas agrovilas e não nos lotes então demarcados<sup>47</sup>. Vejamos:

Eu sempre fui beneficiado com tudo que vem para o assentamento, apesar de serem poucas coisas quem vem. Porque eu não quis minha casa em agrovila, aí os outros ficavam tudo dizendo, “tu não vai ser beneficiado com as políticas públicas que vier para o assentamento”. Mas, como eu sou teimoso mesmo, aqui estou, minha casa tem energia elétrica, cisterna, uma passagem molhada que antes quando rio botava cheia eu não tinha como passar para o outro lado, faço os projetos que vem do banco e recebo o garantia safra. Essas coisa como: Posto de saúde aqui no assentamento não tem, escola só tem uma é lá Lajinha, mais mesmo assim não tenho filho pra estudar. (ASSENTADO “C” LAJINHA)<sup>48</sup>

<sup>47</sup> Sobre essa questão ver CANIELLO, Márcio & DUQUÉ, Ghislaine. *Agrovila ou casa no lote: a questão da moradia nos assentamentos da Reforma Agrária no Cariri paraibano*. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 37, nº 4, out-dez. 2006.

<sup>48</sup> Entrevista concedida a autora em 21/05/ 2016. Casado e com 62 anos, reside na agrovila Lajinha desde 2000.

De acordo com a fala acima, notamos que os assentamentos rurais, do Assentamento “Zé Marcolino”, são carentes de políticas públicas que levem em consideração a realidade dos sujeitos envolvidos no processo em questão. Nesse sentido, foram várias as dificuldades para o bom funcionamento do assentamento: aqueles camponeses contaram com um pequeno recurso financeiro para a manutenção de suas famílias quando foram assentados e em seguida outro recurso financeiro para a construção de suas moradias. Foi nesse segundo momento em que se verificou um conflito de opiniões entre a vontade dos assentados em construir suas casas nos seus lotes entre com a proposta do projeto do INCRA de construir as agrovilas, realizando-se, por fim, esse segundo projeto. Assim, terminamos por identificar que os assentados consideram, primeiro, que o fato de suas casas terem sido construídas nas agrovilas aconteceu contra as suas vontades e, segundo, que a implantação das agrovilas atendeu mais a um interesse que partiu dos agentes do governo e menos aos interesses dos camponeses assentados. Mas, apesar dessa imposição no que tange a política de habitação do assentamento, notamos que as resistências existiram e fizeram fluir uma outra experiência: a exemplo, do relato acima, vemos que o assentado “C” não quis a construção de sua casa na agrovila e a realizou em seu lote, e hoje graças a sua insistência a tranquilidade prevaleceu na sua moradia.

Todas as casas do assentamento são circundadas por quintais onde ficam as cisternas de placas. As casas têm fossa séptica e a água de beber é a das cisternas. Para outros gastos domiciliares e para os animais, utilizam água dos poços e barragens do assentamento. Todas as casas possuem energia elétrica e iluminação pública.

O Projeto Dom Helder Camara iniciou sua atividade de assessoria Técnica Permanente neste assentamento no ano de 2003, onde forneceu assessoria às famílias agricultoras e financiamentos de projetos de investimento social e produtivos. Desenvolveu ações afirmativas de gênero no apoio a estruturação do grupo de mulheres com parceria de entidades feministas da Paraíba. Ajudou a estabelecer parcerias com a Universidade Federal de Campina Grande, através do projeto Universidade Camponesa com formação de lideranças políticas e experimentação participativa de produção e armazenamento de forragem e com a Embrapa, através do plantio do Algodão em unidades demonstrativas de produção de forragem.

As famílias agricultoras do Assentamento Zé Marcolino, por volta do ano de 2008, debatiam sobre as dificuldades da produção do roçado e concluíram que “o rendimento do roçado não estava pagando a mão de obra” utilizada pelas famílias. Foi quando, no final de 2008, se iniciou a mobilização e formação de famílias agricultoras na produção do Algodão em Consórcios Agroecológicos. Inicialmente, foram sensibilizadas, mobilizadas e cadastradas 22 famílias, que passaram por formação com abordagem em práticas de conservação de solo e água, manejo cultural, agroecologia, certificação orgânica e processos de comercialização. Após a formação e a conciliação com início do período chuvoso apenas 11 famílias cultivaram este projeto, que aconteceu com famílias só da agrovila Lajinha.

Segundo Esterici (1992, p.41), as políticas públicas formuladas tendem a tratar os assentados como beneficiários e objetos de intervenção, onde as ações desencadeadas sejam vistas como de ordem técnica e não política e a preocupação por parte do Estado seja, primordialmente, com a produtividade, a viabilidade econômica e a seleção dos beneficiários feita por vocação agrícola. Sendo assim, os assentados da agrovila Lajinha sempre demonstram muito atenciosos abraçando todos os projetos de investimento que vem para os assentados, se arriscam fazendo tentativas na busca de melhores condições de vidas. Por outro lado, os assentados da agrovila Cumarú demonstram mais interesse explorando o meio ambiente para garantir a sobrevivência.

## **4 A COMERCIALIZAÇÃO DOS LOTES E O DIREITO À HERANÇA FUNDIÁRIA NO ASSENTAMENTO**

Neste capítulo faremos uma discursão sobre a venda irregular dos lotes de terras no Assentamento “Zé Marcolino”, especificamente nas agrovilas Lajinha e Cumaru. Prática essa que acontece sem a autorização do INCRA, o que impossibilita o assentado a não mais ser beneficiado nos programas de reforma agrária. De igual modo, analisaremos a relação dos filhos dos assentados com os lotes de terras depois que se tornaram independentes de seus pais, enfrentando desafios para continuarem morando no assentamento.

### **4.1 A LEGISLAÇÃO FUNDIÁRIA SOBRE MUDANÇAS DE BENEFICIÁRIOS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO**

A política de assentamentos rurais passou por grandes reformulações no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, expressa pelo conjunto de Normas de Execução criadas pelo INCRA, em vigor até os dias atuais.

Segundo essa política, os benefícios contemplarão as seguintes categorias de trabalhadores e trabalhadoras: agricultor (a) sem terra; posseiro, assalariado parceiro ou arrendatário; e agricultor (a) cuja propriedade não ultrapasse a um módulo rural do município.

Sendo que a referida norma diz que quando o beneficiário homologado, por qualquer motivo, desistir do lote e não tenha assinado o instrumento definitivo nem recebido o crédito habitação, deve assinar Termo de Desistência, evitando assim, tornar-se um ex-beneficiário da reforma agrária, condição impeditiva à sua participação em outros processos seletivos para o mesmo fim. Já para aqueles assentados evadidos que não apresentem motivos considerados justificáveis pelo INCRA, ou que tiveram as parcelas retomadas em função de irregularidades, serão inscritos como desistentes no SIPRA, não podendo mais ser beneficiário de programa de reforma agrária e serão inscritos como inadimplentes no Cadastro de Devedores da Dívida Ativa, caso tenham recebido recursos financeiros oriundos de qualquer modalidade de crédito e não tenham pagado em tempo hábil.

A fase de implantação dos projetos de assentamento propriamente dita é normatizada pelo INCRA através da Norma de Execução nº 02 de 28/03/2001, que prevê, entre outras ações, a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA, que é responsável pela: elaboração de projetos simplificados; aplicação do crédito de instalação (apoio e material de construção); definição e caracterização da infraestrutura básica; definição e caracterização das atividades a serem apoiadas com os créditos de produção do Pronaf-A (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Assentamento); e a supervisão e acompanhamento do projeto de assentamento pelo período de 03 (três) anos.

A Instrução Normativa nº 22 de 11 de outubro de 2005, se estabeleceram diretrizes para a supervisão da situação ocupacional nos Assentamentos, retomada de parcelas ocupadas irregularmente e aproveitamento das mesmas nos assentamentos de trabalhadores rurais sem terra. Considerada irregulares como aquelas que se enquadrem numa das situações abaixo: 1) estar abandonada; 2) cujo beneficiário evadiu-se; 3) ter sido objeto de compra e venda; 4) cujo ocupante atual tenha ocupado a parcela sem autorização do INCRA; 5) esteja ocupada por preposto do assentado pelo INCRA; 6) quando houver comprovação de arrendamento da parcela; 7) quando houver reconcentração fundiária e as parcelas em que for comprovado o descumprimento de quaisquer cláusulas estabelecidas no contrato de concessão de assentamento.

Outro ponto a ser destacado é que o assentado que não consegue provar informações fornecidas no processo de seleção, que não se adapta às regras dos assentamentos e que não esteja produzindo e explorando o lote deve ser excluído do assentamento. Assim, a Lei 8.629/93, regulamenta o processo de reforma agrária previsto na Constituição Federal e diz, em seus artigos 18 e 21, que a exploração do lote é pessoal e o Título de Domínio é inegociável pelo prazo de 10 anos.

Já a Concessão do Direito Real de Uso prevê o contrato pelo qual o INCRA transfere o uso da terra para o assentado de forma gratuita, porém a terra continua de propriedade do INCRA que não pode retomá-la enquanto o assentado estiver cumprindo com a obrigação de cultivar direta e pessoalmente a área, morar no lote e preservar os recursos naturais. Em caso de morte do titular do lote a concessão garante o usufruto das demais gerações (filhos, netos, bisnetos) que queiram ficar na terra vivendo.

Portanto, cabe a Equipe Gestora dos servidores do INCRA a função de coordenar e fiscalizar a situação ocupacional nos assentamentos, retomando as parcelas que estejam ocupadas de forma irregulares para fazerem um melhor aproveitamento das mesmas, encaixando nos lotes ocupados irregularmente os filhos de assentados que ainda não possuam uma parcela e que demonstrem o interesse em continuarem no assentamento.

#### 4.2 ASSENTADOS REPASSAM SEUS LOTES E DEIXAM O ASSENTAMENTO

Durante a nossa pesquisa pudemos constatar que nem todos os assentados possuem boas condições de vida e que, diante desse quadro, muitas vezes procuram alternativas de subsistência, a exemplo da venda de seus lotes a terceiros. Assim, consideramos que a melhor maneira de impedir essa prática é dar estrutura necessária para que as famílias vivam de forma digna, isso por que nenhuma família vai querer ficar em um assentamento em que ela não consiga viver dignamente. Ao mesmo tempo, constatamos, pela bibliografia estudada, que este problema é comum a uma realidade mais ampla dos assentamentos no Brasil e não peculiar ao “Zé Marcolino”, objeto de nosso estudo.

Segundo o atual presidente da Associação, os assentados só têm o direito de venderem os seus lotes depois que os respectivos títulos sejam emitidos pelo INCRA. Consideramos que é necessário que o INCRA, primeiro, crie incentivos por meio de políticas públicas que contribuam para os assentados permanecerem no assentamento e, segundo, que efetive também uma política de fiscalização para que esses lotes não sejam repassados adiante para terceiros. Apesar de considerarmos importante, entendemos que apenas as campanhas nacionais do INCRA não são suficientes para coibir a venda de lotes Brasil a fora. Sobre esse aspecto, vejamos a seguinte chamada “Campanha contra a venda de lotes da reforma agrária começa a ser veiculada neste domingo (27/11)”:

A partir deste domingo (27) começará a ser veiculada, em nível nacional, a campanha "Reforma Agrária. Essa conquista não está à venda". Lançada pelo INCRA para coibir a venda de lotes em assentamentos, a iniciativa reúne vídeo e peças publicitárias que estarão em TVs, revistas semanais, rádios regionais e portais da internet. O lançamento foi feito pelo presidente

da autarquia, Celso Lisboa de Lacerda, na tarde desta sexta-feira (25), na sede do INCRA, em Brasília (DF).<sup>49</sup>

Ao longo de nossa pesquisa observamos que muitos dos entrevistados desconhecem a Legislação que rege contra a compra e venda de lotes da reforma agrária, desconhecem que é ilegal vender, alugar ou arrendar tais lotes. Isso por que o assentado não é dono da terra até que seja cumprida uma série de exigências legais que dizem respeito ao assentado. Assim, quem compra terras em assentamentos está sujeito a perder tanto a posse da terra adquirida na negociação como o dinheiro usado na compra. Sendo que, aquele que vende, aluga ou arrenda lotes em assentamento fica excluído de todos os programas sociais do governo federal e, portanto, fica impedido de retornar ao Programa Nacional de Reforma Agrária e ser reassentado, além de ser passível de responder processo na justiça comum.

Apesar dessas penalidades, facilmente encontramos assentados que repassaram seus lotes. Segundo o relato de memória de um de nossos entrevistados, um dos principais motivos da venda de alguns lotes no assentamento “Zé Marcolino” foi o fato de alguns dos primeiros assentados terem sido pessoas que não se identificavam com o território camponês e achavam que os lotes podiam funcionar como um local de lazer, de forma que suas famílias iam morar na cidade e somente no final de semana estavam nos lotes. Ainda de acordo com o nosso depoente, isso terminou implicando no repasse de alguns lotes para terceiros, conforme segue:

Algumas famílias que tem aqui na agrovila Cumarú tão aqui porque compraram o lote. E não mais aquela família que recebeu o lote do INCRA sem ter que pagar nada direito a terra. Inclusive aqui nesta agrovila tem lotes que já está na mão do quinto dono, ou seja, já foi negociado 5 (cinco) vezes. (ASSENTADO “A” CUMARÚ).<sup>50</sup>

Outro aspecto a se considerar é o de que, quando do primeiro momento do assentamento instalado, muitas famílias que não se conheciam passaram a viver uma experiência de terem que se agruparem umas com as outras seguindo uma

<sup>49</sup> Disponível em <http://portalantigo.incra.gov.br/index.php/noticias-sala-de-imprensa/noticias/11563-campanha-contr-a-venda-de-lotes-da-reforma-agraria-comeca-a-ser-veiculada-neste-domingo-2711>. Publicado em Sexta, 25 Novembro 2011.

<sup>50</sup> Entrevista concedida a autora em 05/08/2016 Casado e com 65 anos, reside na agrovila Cumarú desde 2000.

nova dinâmica, uma convivência diferente da que estavam acostumados a experienciarem, o que possivelmente não foi uma tarefa fácil de lidar em meio as muitas opiniões. Com isso muitas das pessoas que não se adaptaram a essa nova experiência ficaram desanimadas e começaram a procurar negócios para seus lotes.

Ainda verificamos em alguns relatos de memória que outros assentados venderam seus lotes pelo fato do assentamento ser localizado em uma região semiárida. Relatam que esses assentados encontraram dificuldades para desenvolver as atividades de agricultura em razão dos solos serem rasos e com baixa fertilidade, bem como devido à irregularidade das chuvas e a falta de captação e armazenamento da água. Dizem os mesmos depoentes que somente um projeto de perfuração de poços e de eletricidade nos lotes favoreceria o desenvolvimento socioeconômico do assentamento, já que alguns dos assentados nunca tiveram experiência com agricultura. Sobre isso vejamos o dito pelo nosso depoente:

Tem gente que se desanima porque é muito seco, ai vende seus lotes. Plantar só quando chove, ai uns são prevenidos se chover bem que dê para plantar nos faz silos pra assegurar a ração para da os animais no tempo mais seco, para não ser preciso vender. Mas nem todos faz isso ai no tempo seco ou vende os animais ou morre tudo de fome, ai quando se ver sem nada não mais o que fazer no lote ai vendem por pouco mais ou nada. (ASSENTADO "A" LAJINHA).<sup>51</sup>

Quando foram convidados pelo MST a entrarem no movimento receberam a promessa de conseguirem terra, moradia e melhorarem as condições de vida, entretanto quando receberam os lotes isso não aconteceu e passaram a encontrar dificuldades para sobreviverem, o que fez com que muitos deles se desfizessem dos seus lotes. Durante a nossa pesquisa de campo também verificamos que a maioria dos assentados que vendeu os lotes apenas o fez depois que recebeu os projetos de investimentos, sem que tenham investido nada no lote e, em seguida, repassaram adiante para outras pessoas que, em muitos dos casos, também não tinham muito interesse em trabalhar no campo, uma compra mais no sentido de explorar o que restava no lote com vistas a uma venda futura do mesmo, fazendo do lote um balcão de negócio.

---

<sup>51</sup> Entrevista concedida a autora em 21/05/2016. Casado e com 65 anos, reside na agrovila Cumarú desde 2000.

#### 4.3 A RELAÇÃO DOS JOVENS FILHOS DOS ASSENTADOS COM A TERRA: O DIREITO À HERANÇA

Ao observar os registros de posse do assentamento “Zé Marcolino”, notamos que cada lote tem uma extensão de 19 hectares, pensado para ser distribuído para uma família de quatro pessoas. Entretanto, identificamos alguns casos em que os filhos dos assentados se casaram e conseguiram construir sua própria família no mesmo lote de seus pais, sem terem que buscar outro lugar para morar. Vejamos o que nos diz o depoimento a seguir:

Minhas filhas chegaram desde inicio, duas já eram casadas, ai também se cadastraram, e as outras duas solteiras. Sempre gostaram de morar, depois outra resolveu se casar. Ai veio o grande desafio para permanecer no assentamento ou ter que sair e procurar outro lugar para morar já que os filhos dos assentados não recebem nem um apoio por parte do INCRA. O que aconteceu? Nós se reunimos aqui em casa com recursos próprios construímos essa casinha aqui pegada, nisso o esposo dela trabalha uns dias fora e cria uns animais pouquinho no lote mais eu. (ASSENTADO “A” LAJINHA).<sup>52</sup>

Ainda segundo os depoimentos, percebemos que não é dada aos jovens filhos dos assentados a oportunidade de ficarem com os lotes que são irregularmente vendidos, alugados ou arrendados, muitas vezes deixando de serem entregue a quem se identifica e pretende desenvolver atividades ligadas à agricultura. De acordo com o pai da jovem acima entrevistada, esta não valorização aparenta uma falsa imagem de que o jovem não tem interesse pelo desenvolvimento do assentamento. Conforme Stédile (2001), o fato é que os lotes dos assentamentos têm uma área limitada que proporciona uma pequena rentabilidade para reprodução das famílias, o que, em muitos casos, impossibilita ou dificulta a sua divisão entre os irmãos herdeiros. Em virtude desta limitação, seria inviável a divisão deste mesmo lote entre mais filhos que pretendam constituir a sua própria família e continuar na atividade agropecuária. Assim, apesar de alguns jovens manifestarem o desejo em continuarem vivendo no meio rural, é difícil a realidade em virtude desta dificuldade.

Ao mesmo tempo, foi possível identificar que os jovens manifestam a vontade de continuarem vivendo no assentamento, mas, em virtude da limitação da renda,

---

<sup>52</sup> Entrevista concedida a autora em 05/08/2016. Casado e com 63 anos, reside na agrovila Lajinha desde 2000.

muitos deles sentem a necessidade de abandonar o assentamento em busca de sua independência financeira. Não é um desejo de o jovem querer sair do assentamento, mas uma necessidade. Mesmo assim, esta necessidade se torna preocupante, uma vez que jovens entrevistados não tem capacitação profissional para enfrentar o exigente mercado de trabalho do meio urbano. Essas nossas impressões aparecem no depoimento abaixo:

O negócio aqui é porque não tem de que a pessoa viver, madeira num tem mais pra fazer carvão. Quando é no tempo do inverno ainda da pra ir entretendo, meus filhos ajuda a plantar um roçado, mais nem choveu ai vem uns anos seco acabando com tudo. Tem um dos meus filhos que só fala em ir embora pra São Paulo mais as coisa tá difícil em todo canto e pra quem tem pouco estudo pior ainda. Ele, se ver aqui sem ganhar nada é ruim demais. (ASSENTADO "A" CUMARU)<sup>53</sup>

É importante destacar as falhas quanto o estado é ausente no sentido de destinar políticas públicas para os jovens filhos de assentados que manifestam o interesse na profissão de agricultor e o desejo de permanecerem no lote com os seus pais, aproveitando a experiência que eles têm. Nesse sentido, se conclui que os jovens filhos de assentados não possuem o direito aos lotes de seus pais. Mas, apesar desse empecilho de permanência, verificamos que alguns jovens filhos de assentados conseguiram comprar um lote para continuar vivendo no assentamento. A respeito dessa dinâmica, vejamos o relato do depoente:

Minha filha chegou aqui comigo do início, o marido dela também é desde o início que ele veio com os pais. Quando foram morar juntos, tiveram que alugar uma casa na rua porque não tinha onde morar. Com pouco tempo surgiu esse lote, o dono tava vendendo ai nos compramos. Mas deu muito trabalho pro INCRA cadastrar ela, porque eles não queriam dizendo que o marido dela é pensionista, mais mesmo lutei até eles cadastrar. Mesmo que ele não pode trabalhar, mais dá para ir criando uns animais melhor que morar na rua que não tem como criar nem uma galinha. (ASSENTADO "B" CUMARU)<sup>54</sup>

O desejo daqueles jovens filhos de assentados de permanecerem no campo, na maioria das vezes, é graças a seus pais que estimulam os mesmos a seguirem a vida no meio rural. Isso se torna importante já que o abandono do meio rural pelo jovem pode ameaçar a própria reforma agrária, principalmente nestes

<sup>53</sup> Entrevista concedida a autora em 05/08/2016. Casado e com 55 anos, reside na agrovila Lajinha desde 2000.

<sup>54</sup> Entrevista concedida a autora em 05/08/2016. Casado e com 44 anos, reside na agrovila Cumarú desde 2000.

assentamentos carentes. Por outro lado, também notamos que os principais obstáculos para a permanência dos jovens no campo é a falta de políticas públicas e a falta de recursos financeiros para a sua sobrevivência naquele espaço. Diante da ausência desses meios, muitos dos jovens filhos de assentados geralmente buscam meios de sobrevivência nas grandes cidades, procurando trabalhar nas indústrias, comércio ou no setor de serviços.

Em nossa pesquisa pudemos concluir que a experiência de vida conjunta no assentamento “Zé Marcolino” desperta o desejo nos jovens filhos de assentados de permanecerem e trabalharem com os seus pais no meio campestre, mas a falta de estrutura necessária nos lotes, a falta de renda própria e a incerteza quanto à garantia de espaço para se instalar na área quando da constituição de suas novas famílias, são os principais fatores que contribuem para que esses mesmos jovens muitas vezes sintam a necessidade de abandonarem o meio rural.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa pesquisa permitiu compreender a forma de mobilização social de luta e conquista das terras do que hoje é o Assentamento “Zé Marcolino”, a partir das relações sociais dos posseiros e assentados. A análise do primeiro capítulo permitiu compreender que a ocupação do assentamento “Zé Marcolino” não se deu em meio a um processo de conflito, mais se caracteriza pelo enfrentamento às forças oligárquicas latifundiárias, pois as famílias agricultoras e os movimentos sociais do campo quebraram o favoritismo de dois políticos da região que se beneficiavam com o arrendamento da terra, motivo pelo qual as famílias se mobilizaram ocupando a antiga fazenda durante um dia para pressionar os mesmos a desocuparem a terra que havia sido vendida há dois anos ao INCRA, mas não estava desocupada. Portanto, a conquista da terra do “Zé Marcolino” é caracterizada pela ocupação, uma vez que as famílias, na sua grande maioria, viviam nos sítios vizinhos e na área urbana de cidades do Cariri paraibano e mantinham uma identidade com a agricultura, pois trabalhavam em condições de meeiros, como também pelos moradores (posseiros) que estavam na fazenda. E, graças ao processo de resistência na constante luta de permanência na terra ao se instalarem para demarcarem seus roçados, famílias assentadas fizeram com que os arrendatários se sentissem pressionados a retirarem seus rebanhos daquelas terras.

Após a efetivação da posse não havia casa para morar. Por exigência do INCRA, os assentados formaram uma associação por onde foram conduzidos e organizados, sendo motivados a não abandonarem o assentamento e buscando refletir os direitos negados aos trabalhadores e a necessidade de superar as dificuldades. A associação também favoreceu a aproximação do órgão responsável pela política de reforma agrária, resultando na construção das agrovilas, modelo pelo qual os assentados reclamam terem aceitado em razão das grandes dificuldades para se locomoverem o dia todo para suas obrigações nos lotes.

No segundo capítulo a nossa pesquisa permitiu compreender as histórias de suas relações sociais de trabalho no passado, tanto do grupo considerado posseiro como do considerado assentado, que, desde o início do assentamento, trocaram experiências de forma favorável, trilhando caminhos e alternativas em comum. Analisando a fala dos posseiros, verificamos que houve dificuldade de produção na terra no primeiro ano de efetivação do assentamento apenas para um posseiro que

afirmou ter perdido sua direção de costume com espaço pelo qual trabalhava antes da chegada dos assentados, que expressou, portanto, uma relação de conflito entre esses sujeitos na ocasião do acesso a terra. Para a maioria dos posseiros a mudança de fazenda para assentamento e chegada dos camponeses foi motivo de tristeza para os mesmos, pois não viam sentido se juntarem ao movimento social dos camponeses. Identificamos que esses posseiros naquele momento estavam preocupados com seus sustentos que eram provenientes de seus trabalhos na fazenda. Constatamos que a desapropriação da fazenda, enquanto gerou tristeza para os posseiros, por outro lado, também gerou alegria e satisfação para os camponeses que desejavam obter um pedaço de terra para produzir sem tantas dificuldades de sobrevivência, como era o caso dos mesmos antes do assentamento, sendo obrigados a deixarem metade de seus trabalhos como pagamentos por trabalharem nas terras dos fazendeiros. Consideramos que o modo de pensar e agir dos trabalhadores foram um processo de aprendizagem bem sucedido para suas formações políticas, em que esses assentados foram resultado de uma luta de participação e construção de suas próprias realidades.

A análise da entrevista semiestruturada evidenciou que as políticas públicas no assentamento são distribuídas de forma igualitária no que tange o assentado e o posseiro, não existe nenhum grau de dificuldade que impeça o acesso às políticas públicas. Já em relação ao espaço agrovila Lajinha e agrovila Cumarú, constatamos que existe uma pequena diferença, onde os grupos da agrovila Lajinha estão mais incentivados a buscar e acolher as políticas públicas, isso em razão dos membros da associação do assentamento serem todos da agrovila Lajinha.

Na agrovila Lajinha as mulheres foram destaque na busca por benefício coletivo para construção da escola do campo. Essas mulheres também empreenderam atividades de geração de renda, como a caprinocultura, a horta orgânica e o beneficiamento de algodão cultivado nos roçados de 22 assentados no ano de 2008.

No terceiro e último capítulo fizemos uma releitura da Legislação Agrária que proíbe a compra e venda de lotes. Correlacionamos a estas leis que no assentamento “Zé Marcolino”, não sendo diferentes dos outros assentamentos, também deve obedecer a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária.

Constatamos que o principal motivo que leva aos assentados a venderem seus lotes no assentamento “Zé Marcolino”, segundo as falas dos entrevistados, é porque é um assentamento de solo pobre que não tem muitas alternativas para plantação, só mesmo em tempos chuvosos, pois são poucos os que têm condições financeiras para perfurar poços e eletrificar seus lotes. E outros por serem da cidade e não conseguirem se concentrar ao meio rural. Portanto, o fato de uma família assentada ter vivido em áreas urbanas não tira dela o perfil para morar, viver, trabalhar e produzir em um assentamento da reforma agrária e tampouco pode ser colocado como uma grande probabilidade causadora da evasão.

Por fim, tratando-se da relação dos jovens com o assentamento, seus pais destacam que os mesmos sentem a necessidade de se evadirem, mostraram uma fragilidade social e econômica em que muitos dos filhos dependem das parcelas de seus pais. A pesquisa mostra que, por mais que os filhos dos assentados do assentamento “Zé Marcolino” tenham interesse em continuar no assentamento, não recebem apoio do INCRA.

Este estudo contribuiu para que pudéssemos ampliar mais ainda o nosso desejo em pesquisar junto a uma comunidade que possibilita a aprendizagem através do ensino formal e não formal, exercitando a nossa prática enquanto pesquisadora e contribuindo para uma formação mais ampla. Uma contribuição para o curso de Educação do Campo é de reforçar a importância dos estudos sobre a questão agrária no Brasil e no Cariri paraibano, sobre as formas de organização social do campo na região. Isso no sentido de entender que é neste lugar que se constrói a educação e a prática docente do curso e que deveria orientar o ensino, a pesquisa e a extensão do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, que nasceu a partir desta experiência educativa desenvolvida pela Unicampo no território do Cariri junto aos camponeses e às camponesas.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife/PE, São Paulo/SP: Massangana/Cortez, 2000.

BATISTA, Geovânio Lima. **A luta pela terra e a Educação do Campo**: o caso do Assentamento Zé Marcolino, Prata – PB. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo). Universidade Federal de Campina Grande. Sumé, 2015.

BLACKBURN, Ricardo Menezes. **Alternativas de produção de alimentos e geração de renda no semiárido** (Especialização/UFRPE), Recife. Julho, 2012.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL. Presidência da República. Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm) >. Acesso em set de 2016.

CALDART, Roseli Salete, PEREIRA Isabel Brasil, et ali ( Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CANIELLO, Marcio; DUQUÉ, Ghislaine. Agrovila ou casa no lote: A questão da moradia nos assentamentos da Reforma Agrária no Cariri paraibano. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 37, nº 4, out-dez. 2006.

CARVALHO, Lívia Hernandes. A concentração fundiária e as políticas agrárias governamentais recentes. In: **Revista IDEAS**. Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, v. 4, n. 2, p. 395-428, 2010,

**Censo Populacional 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 29 de novembro de 2010.

ESTERCI, Neide et al. Assentamentos rurais: um convite ao debate. Reforma Agrária. **Revista da ABRA**. Campinas, nº 3, set-dez, 1992.

FERNANDES Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Revista de Cultura Vozes. N. 1, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Publicação Especial**, Ano I Nº 02. Dezembro de 2010 - Circulação Nacional, p. 8.

\_\_\_\_\_. Instrução Normativa nº 22 de 11 de outubro de 2005. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/institucional/legislacao--/atos-internos/instrucoes/file/179-instrucao-normativa-n-22-11102005>>. Acesso em: setembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Norma de execução nº 02 de 28 de março de 2001. Dispõe sobre a regulamentação para a fase de implantação do Projeto de Assentamento e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/institucional/legislacao--/atos-internos/normas>>. Acesso em set de 2016.

KAUCHAKJE, Samira. **Movimentos sociais populares urbanos no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais aplicadas a Educação). Faculdade de Educação UNICAP, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária**: Processo de Organização dos Trabalhadores Rurais; Cascavel: edunioeste, 2003.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **A produção da ação coletiva no MST**: relações de poder e subjetividade. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007.

MARTINS José de Souza. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. **Tempo Sociológico**. vol.15 no. 2 São Paulo Nov. 2003.

MOREIRA, Emília e TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no Semiárido paraibano. In: **Revista Nera**, Ano 10, Nº 10, Presidente Prudente, jan-jun 2007, p. 72- 93.

OLIVEIRA, Maria Lúcia Lopes de. **Transformação das desigualdades de gênero?** Narrativas da vida cotidiana e empoderamento de mulheres de assentamentos do Cariri paraibano. Dissertação (Mestrado em Educação). João Pessoa, 2007.

Plano de Desenvolvimento do Assentamento Mandacaru (INCRA, 2001).

Plano de Desenvolvimento do Assentamento Zé Marcolino (INCRA, 2001).

PEREIRA, Ernandes de Queiroz. **A Organização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo**: do acampamento ao assentamento. Quais os desafios para a educação popular? Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

\_\_\_\_\_. **A semente plantada**: Educação Popular e cultivo do realismo utópico nas áreas de assentamentos rurais. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2013.

RANGEL, Ignacio. A questão agrária Brasileira. In: **A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional 1500- 1960**. (org) STEDILE, João Pedro. VOL. 1,º ED. São Paulo SP, editora Expressão Popular, p171-229, 2005.

RODRIGUEZ, Janete Lins. **Atlas escolar da Paraíba**. 2. ed. João Pessoa: Grafset, 1999.

SILVA, Elton Oliveira da; FERREIRA, Eduarda de Lima; MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. Reforma agrária no Cariri paraibano: o caso do Assentamento Estrela D'álva. In: **XIX Encontro Nacional De Geografia Agrária, São Paulo**, 2009, p. 01-22.

STÉDILE, J. P. **Vida e trabalho nos assentamentos rurais**. CDROM produzido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2001.

## **APÊNDICE A**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

- 1- Nome?
- 2- Idade?
- 3- Escolaridade?
- 4- Reside no assentamento há quanto tempo?
- 5- Como ocorreu o processo de mobilização deste assentamento?
- 6- Qual a reação dos posseiros com a chegada dos assentados?
- 7- Qual a reação dos assentados com os posseiros ao chegarem a terra?
- 8- Houve algum tipo de conflito entre posseiros e assentados?
- 9- Todos tem acesso as políticas públicas por igualdade? Ou a forma de acesso muda entre posseiros e assentados?
- 10- Os posseiros também são obrigados a pagar pela terra?
- 11- O que leva aos assentados venderem seus lotes?
- 12- O que pode ser feito para impedir a venda de lotes?
- 13- Existe prioridade para os jovens do assentamento?
- 14- Os jovens são incentivados a permanecerem no assentamento?